



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS
MESTRADO EM RECURSOS NATURAIS

CAMILA MATTOS RIBEIRO

**ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO
ASSENTAMENTO INFORMAL URBANO NOVA VIDA, BOA VISTA – RORAIMA –
AMAZÔNIA – BRASIL**

BOA VISTA, RR
2022

CAMILA MATTOS RIBEIRO

**ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO
ASSENTAMENTO INFORMAL URBANO NOVA VIDA, BOA VISTA – RORAIMA –
AMAZÔNIA – BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima, como pré-requisito para o título de Mestre em Ciências Ambientais (Recursos Naturais). Área de concentração: Manejo e Conservação de Bacias Hidrográficas.

Orientadora: Profa. Dra. Meire Joisy Almeida Pereira.

Coorientadora: Profa. Dra. Márcia Teixeira Falcão.

BOA VISTA, RR
2022

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

R484a Ribeiro, Camila Mattos.

Área especial de interesse social : um estudo de caso no assentamento informal urbano Nova Vida, Boa Vista – Roraima – Amazônia – Brasil / Camila Mattos Ribeiro. – Boa Vista, 2022.

90 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Meire Joisy Almeida Pereira.

Coorientadora: Profa. Dra. Márcia Teixeira Falcão.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais.

1 – Informalidade. 2 – Segregação socioespacial. 3 – Impacto socioambiental. 4 – Degradação. 5 – Políticas públicas. I – Título. II – Pereira, Meire Joisy Almeida (orientadora). III – Falcão, Márcia Teixeira (coorientadora).

CDU – 502.57:911.374.1

CAMILA MATTOS RIBEIRO

**ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO
ASSENTAMENTO INFORMAL URBANO NOVA VIDA, BOA VISTA –
RORAIMA –AMAZÔNIA – BRASIL**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado em Ciências Ambientais (Recursos Naturais) da Universidade Federal de Roraima, defendida em 30 de novembro de 2022 e avaliada pela seguinte Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 MEIRE JOISY ALMEIDA PEREIRA
Data: 15/05/2023 16:01:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Meire Joisy Almeida Pereira
Orientadora – Universidade Federal de Roraima/UFRR

Documento assinado digitalmente
 GEORGIA PATRICIA DA SILVA FERKO
Data: 15/05/2023 15:02:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Geórgia Patrícia da Silva Ferko
Membro – Universidade Federal de Roraima/UFRR

Documento assinado digitalmente
 JURANDIR MOURA DUTRA
Data: 25/04/2023 13:24:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jurandir Moura Dutra
Membro – Universidade Federal do Amazonas/UFAM



Prof. Dr. Thiago José Costa Alves
Membro – Universidade Estadual de Roraima/UERR

DEDICATÓRIA

Dedico essa Dissertação ao meu fiel companheiro
e esposo Alexandre,

Aos meus familiares que mesmo na incerteza
acreditaram em mim,

Aos meus amigos,

Aos companheiros de jornada, professores e
administração do PRONAT,

Ao grupo de pesquisa do qual faço parte,

À professora Meire Joisy que me acolheu, me
ensinou e abraçou minha pesquisa,

À professora Márcia Falcão pelas suas
contribuições tão doces,

Dedico também aos moradores do Nova Vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, por me conceder saúde e sabedoria para percorrer esse caminho e chegar até aqui.

Ao meu esposo, meu companheiro de todas as horas, meu maior incentivador, aquele que mais acreditou que tudo isso fosse possível, que ficou horas acordado me fazendo companhia enquanto eu escrevia, tornando tudo mais leve e prazeroso.

À minha família, por ser minha base em todas as escolhas da minha vida.

Aos professores da Universidade Federal de Roraima, que sempre estiveram dispostos a ajudar e contribuir para uma melhor aprendizagem.

Às minhas orientadoras, professora Meire Joisy e Márcia Falcão, pelo conhecimento, reconhecimento e paciência.

À UFRR e ao PRONAT pela chance de cursar uma pós-graduação com toda ferramenta e todo apoio científico.

Ao meu grupo de pesquisa de Percepção Ambiental, Agricultura Familiar, Redes Colaborativas e Sustentabilidade na Amazônia, que foram meu suporte em tantos momentos difíceis e que contribuíram diretamente nessa obra.

E por último, mas não menos importante, aos moradores do Assentamento Nova Vida, dentre eles: Brenda e Guimarães, Dona Rô, Vanessa e tantos outros que abriram as portas dos seus lares para me receber. Foram momentos únicos, incríveis e que sem sombra de dúvidas me tornaram um ser humano melhor.

E a todos que não foram citados, mas que fizeram parte direta ou indiretamente dessa trajetória: meu muito obrigada.

“Lucien Febvre costumava dizer: ‘a história é o homem’. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos.”
(Fernand Braudel)

RESUMO

A urbanização nas cidades vem acompanhada da segregação socioespacial e do surgimento de assentamentos informais urbanos. Os assentamentos informais urbanos são moradias construídas de forma irregular em áreas públicas ou vulneráveis e apresentam falta de serviços públicos essenciais. Em Boa Vista, o Assentamento Nova Vida é expressão desse fenômeno, pois foi constituído em cima de um aterro sanitário. Para compreender esse fenômeno, o objetivo geral desse estudo constituiu-se em analisar o processo de urbanização e ocupação no Assentamento Nova Vida, no município de Boa Vista-RR, e os aspectos de vulnerabilidade socioambientais entre os anos de 2000 e 2020. O desenho da pesquisa representou-se por um estudo de caso baseado em Yin (2015), articulado à abordagem teórica epistemológica da dialética da complexidade em Morin (2015). Empregou-se análise quanti-qualitativa dos dados obtidos mediante revisão da literatura e pesquisa documental, alinhada à história ambiental apreendida em campo, envolvendo observação participante, entrevista, visita aos órgãos públicos e aplicação de formulário aos moradores. A amostragem utilizada se deu pelo método bola de neve, pelo qual encontrou-se informantes-chaves, e à medida que estes não apresentaram informações novas, o quadro foi saturado. A gênese do Assentamento Nova Vida e suas relações e interações representam a complexidade do sistema. Os movimentos empreendidos pelas organizações legitimaram o assentamento como uma Área Especial de Interesse Social, transformando o lugar que antes era destinado ao descarte de resíduos em lugar de morada. Trata-se de uma dinâmica contraditória, pois ao mesmo tempo que atende as diretrizes impostas pelo Plano Diretor Estratégico e Participativo de Boa Vista, viola o direito à dignidade da pessoa humana. Os dados em exposição, com referências teóricas, desvelaram que a ocupação informal da área é fruto de um processo histórico da urbanização na capital, que evidencia traços de segregação socioespacial e desigualdades. Em se tratando de aterro sanitário desativado, os resultados apreendidos revelaram que a infraestrutura e saneamento são inadequados, e os moradores apresentaram dificuldades de acesso às políticas públicas. Alinhado a esse conjunto de circunstâncias ainda há o processo de degradação ambiental, visto que as moradias foram construídas às margens do Igarapé Grande.

Palavras-chave: Informalidade. Segregação Socioespacial. Impacto Socioambiental. Degradação. Políticas Públicas

ABSTRACT

Urbanization in cities and towns is accompanied by socio-spatial segregation and the emergence of urban informal settlements. Urban informal settlements are irregularly built housing places in public or vulnerable areas that lack essential public services. In Boa Vista, the Nova Vida Settlement is an expression of this phenomenon, as it was built on top of a sanitary landfill. To understand this phenomenon, the general objective of this study was to analyze the urbanization and settlement process in the Nova Vida Settlement, in the municipality of Boa Vista-RR and the aspects of socio-environmental vulnerability in the years of 2000 to 2020. The research design was presented by a case study based on Yin (2015), linked to the epistemological theoretical approach of the dialectic of complexity in Morin (2015). A quantitative-qualitative analysis of the data obtained through literature review and documental research was used, aligned with the environmental history apprehended in the field, involving participant observation, interviews, visits to public agencies and application of a form to residents. The sampling used the snowball method, through which key informants were found, and, when they did not present new information, the sample was saturated. The origin of the Nova Vida Settlement and its relation and interactions represent the complexity of this system. The movements undertaken by the organizations legitimized the settlement as a Special Area of Social Interest, transforming the place that was previously destined for the disposal of waste into a place of residence, a contradictory dynamic because, at the same time it follows the guidelines imposed by the Strategic and Participatory Master Plan of Boa Vista, it also violates the right to human dignity. The data on display, with theoretical references, revealed that the informal occupation of the area is a result of a historical process of urbanization in the capital, which shows traces of socio-spatial segregation and inequalities. In the case of a deactivated sanitary landfill, the results revealed that the infrastructure and sanitation are inadequate, and the residents had difficulties in accessing public policies. Aligned with this set of circumstances, there is still a process of environmental degradation, since the houses were built on the banks of the Igarapé Grande.

Keywords: Informality. Sociospatial Segregation. Socio-environmental impact. Degradation. Public policy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa de localização Assentamento Nova Vida, município de Boa Vista-RR-Brasil.....	20
Figura 2 –	Traçado urbanístico da cidade de Boa Vista, em formato radial concêntrico.....	21
Figura 3 –	Vista aérea do local onde estavam instalados os equipamentos de serviços públicos no ano de 2002.....	22
Figura 4 –	A) Moradia construída de madeira no início da ocupação; B) Local de descanso improvisado.....	24
Figura 5 –	Casas construídas sobre aterro sanitário desativado, vista do quintal da moradora L.C.C. (42 anos).....	25
Figura 6 –	Agentes de segurança pública em pronto emprego.....	27
Figura 7 –	A) Construção de vilas de moradia; B) Comércio instalado no assentamento; C) Início do melhoramento da rua principal; D) Casas formais de alvenaria.....	29
Figura 8 –	Planta dos lotes do Assentamento Nova Vida.....	31
Figura 9 –	Retirada da mata ciliar para construção de moradias na Área de Preservação Permanente do Igarapé Grande.....	33
Figura 10 –	Mapa de localização Assentamento Nova Vida, município de Boa Vista-RR-Brasil.....	47
Figura 11 –	A) Ligações clandestinas em residências; B) Iluminação pública improvisada.....	52
Figura 12 –	A) Poste residencial e; B) Poste em rua pública ambos instalados pela Roraima Energia.....	53
Figura 13 –	A) Rua Sobral no início do trabalho para pavimentação no verão; B) Rua Sobral após o inverno.....	54
Figura 14 –	A) Galhadas dispostas na Avenida Brigadeiro; B) Lixo descartado na calçada; C) Resíduos de construção civil sendo despejados próximo às residências; D) Descarte à margem da Área de Preservação Permanente do Igarapé Grande.....	55
Figura 15 –	A) Resíduos retirados nas escavações; B) Camada aparente de lixo no quintal de uma moradia.....	56
Figura 16 –	A) Água empoçada em vias de acesso; B) Ruas intrafegáveis no inverno.....	57
Figura 17 –	Localização da Sub-bacia do Igarapé Grande.....	61
Figura 18 –	Ocupação do solo na Sub-bacia do Igarapé Grande.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil familiar.....	48
Tabela 2 – Composição de renda.....	50
Tabela 3 – Tipos de moradia.....	58
Tabela 4 – Notificação individual Unidade Básica de Saúde Rubeldimar Maia...	60

LISTA DE SIGLAS

AEIS	Área Especial de Interesse Social
AIU	Assentamento Informal Urbano
APP	Área de Preservação Permanente
CAER	Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
CEP	Código de Endereçamento Postal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EMHUR	Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial de Saúde
PDEPBV	Plano Diretor Estratégico e Participativo de Boa Vista
PVC	Policloreto de Vinila
SESAU	Secretaria de Estado e Saúde
SEMGES	Secretaria Municipal de Gestão Social
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SMSA	Secretaria Municipal de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ASSENTAMENTOS INFORMAIS URBANOS: A HISTÓRIA AMBIENTAL DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA, BOA VISTA RORAIMA – AMAZÔNIA BRASIL	16
	2.1 NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ANÁLISE DE MANUSCRITOS NA REVISTA URBE. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO URBANA.....	37
3	ASPECTOS DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO INFORMAL URBANO NOVA VIDA, BOA VISTA – RORAIMA – AMAZÔNIA – BRASIL	41
	3.1 NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ANÁLISE DE MANUSCRITOS NA REVISTA NOVOS CADERNOS NAEA.....	68
4	CONCLUSÃO	74
	REFERÊNCIAS.....	76
	APÊNDICE A — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	77
	APÊNDICE B — FORMULÁRIO	79
	ANEXO A — OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO (MODELO).....	82
	ANEXO B — TERMO DE RECEBIMENTO DE LOTE	83
	ANEXO C — FOLHETO PROGRAMA ESTADUAL ÁGUA PARA TODOS.....	84
	ANEXO D — PARECER COMITE DE ÉTICA E PESQUISA	85

1 INTRODUÇÃO

A ocupação dos espaços urbanos integra uma dinâmica ora ordenada, ora desordenada. Quando se trata da perspectiva ordenada, segue as determinações inscritas no Plano Diretor – Política de Planejamento Urbano. Quando desordenada, resulta em segregação socioespacial e no surgimento de Assentamentos Informais Urbanos.

Os Assentamentos Informais Urbanos são moradias construídas de forma irregular em áreas públicas ou vulneráveis e apresentam falta de serviços públicos essenciais. Em Boa Vista, o Assentamento Nova Vida é expressão desse fenômeno, pois foi constituído em cima de um aterro sanitário.

Nesse contexto, a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, experienciou ao longo da sua história, movimentos de urbanização impulsionada sobretudo pela multiplicação de bairros e a ocupação de áreas de proteção permanente, sujeitas a riscos ambientais, com destaque para as duas últimas décadas. Desta feita e, considerando a problemática das habitações construídas em área de riscos ambientais e em Áreas de Preservação Permanentes que a presente pesquisa se estruturou.

Para compreender esse fenômeno, o objetivo geral desse estudo constituiu-se em analisar o processo de urbanização e ocupação no Assentamento Nova Vida, no município de Boa Vista-RR e os aspectos de vulnerabilidade socioambientais entre os anos de 2000 e 2020. Além disso, respondeu à seguinte pergunta-problema: como e por que a urbanização em Boa Vista influenciou o processo de ocupação do Assentamento Nova Vida e quais os efeitos socioambientais desse fenômeno para uma Área Especial de Interesse Social?

Utilizou-se, enquanto estratégia metodológica para consecução da pesquisa, o estudo de caso baseado em Yin (2015) que investiga o fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real, articulado à abordagem teórica epistemológica da dialética da complexidade sistêmica proposta por Morin (2015). A estas escolhas somam-se o tipo da pesquisa, exploratória e descritiva, e as análises de dados quali-quantitativos.

Utilizou-se a pesquisa de campo para compreender a história ambiental do Assentamento Nova Vida, envolvendo observação participante, entrevista com aplicação de formulário aos moradores e visita a órgãos públicos. Os critérios de entrevista estabeleceram que os moradores residissem há mais de um ano no local.

A amostragem deu-se pelo método bola de neve, pelo qual encontraram-se informantes-chaves, e à medida que os participantes não trouxeram informações novas, o quadro de amostragem saturou. A pesquisa abrangeu dezoito participantes cujo perfil incluía maiores de

18 anos, de ambos os sexos, de qualquer classe social, sem distinção de raça, cor, religião ou tipo de moradia, com uso de equipamentos de proteção individual que garantiram a segurança de todos (máscara e álcool em gel) por conta da pandemia de COVID-19. As entrevistas não alcançaram indígenas ou estrangeiros em razão dos critérios do Comitê de Ética.

A justificativa do presente estudo fundamentou-se em três dimensões. A primeira, de cunho científico, se relaciona ao avanço do estado da arte sobre o Nova Vida partindo dos pressupostos de Moraes (2017), dos conceitos de Assentamentos Informais Urbanos por Fernandes (2011), de vulnerabilidade socioambiental por Roggero *et al.* (2018), de Áreas Especiais de Interesse Social e de ocupações em Áreas de Preservação Permanentes por Melo *et al.* (2020).

A segunda dimensão da justificativa se trata da questão social e suas expressões. Considerando que o Assentamento Nova Vida integra uma dinâmica complexa de vulnerabilidade socioambiental e de segregação socioespacial, tais características refletem-se no acesso à cidade, ao planejamento urbano e a direitos como moradia, saúde, educação, alimentação, renda, infraestrutura e saneamento. Ainda, evidenciaram-se processos de degradação ambiental, resultantes da ocupação humana na Área de Preservação Permanente da bacia hidrográfica do Igarapé Grande. Tais resultados poderão subsidiar projetos futuros de educação ambiental, saúde pública, planejamento urbano, formulação de políticas públicas e outras soluções para esses fenômenos urbanos.

A justificativa da dimensão pessoal motivou-se pela vida profissional da pesquisadora. Em um cotidiano de trabalho como Assistente Social, lidava diretamente com essa dinâmica. Portanto, enquanto mestranda em Ciências Ambientais (especificamente em Recursos Naturais), foi possível articular o viés da profissional com o da pesquisadora para estudar a questão socioambiental no Assentamento Nova Vida, município de Boa Vista-RR.

Destaca-se que a presente dissertação se inscreve na grande área da CAPES de Ciências Ambientais, condição que requer o uso da interdisciplinaridade para compreender o fenômeno. Assim, as ciências que integraram o estudo foram: Arquitetura e Urbanismo, Geografia, História, Sociologia, Antropologia, Economia e Ecologia. No âmbito do PRONAT, a pesquisa se enquadra na linha de pesquisa Manejo e Dinâmicas de Recursos Naturais.

Além da introdução geral, esta dissertação comporta dois artigos: 1) Assentamentos Informais Urbanos: a história ambiental do Assentamento Nova Vida, Boa Vista – Roraima – Amazônia – Brasil; 2) Aspectos de vulnerabilidade socioambiental na Área Especial de Interesse Social: um estudo de caso no Assentamento Informal Urbano Nova Vida, Boa Vista

– Roraima – Amazônia – Brasil. Incluem-se, também, uma conclusão geral, referências, apêndices e anexos.

2 ASSENTAMENTOS INFORMAIS URBANOS: A HISTÓRIA AMBIENTAL DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA, BOA VISTA – RORAIMA – AMAZÔNIA – BRASIL

Urban Informal Settlements: the environmental history of the Nova Vida Settlement, Boa Vista – Roraima – Amazon – Brazil

Camila Mattos Ribeiro¹, Meire Joisy Almeida Pereira², Márcia Teixeira Falcão³, Marcus Aurélio D’Alencar Mendonça⁴, Marcilene Rosa Mendes⁵

Resumo

A urbanização nas cidades vem acompanhada da segregação socioespacial e do surgimento de assentamentos informais urbanos. Os assentamentos informais urbanos, são moradias construídas de forma irregular em áreas públicas ou vulneráveis que apresentam falta de serviços públicos essenciais. Em Boa Vista, o Assentamento Nova Vida é expressão desse fenômeno, pois foi constituído em cima de um aterro sanitário. Para compreender esse fenômeno, o objetivo deste artigo constituiu-se em caracterizar os Assentamentos Informais Urbanos e o processo histórico do Assentamento Nova Vida, cuja dinâmica ocorreu a partir da expansão urbana em Boa Vista. O desenho da pesquisa apresentou-se por um estudo de caso, articulado à abordagem teórica epistemológica da dialética da complexidade em Morin (2015). Empregou-se análise qualitativa dos dados obtidos mediante revisão da literatura e pesquisa documental, alinhada à história ambiental apreendida em campo, envolvendo observação participante, entrevista, visita aos órgãos públicos e aplicação de formulário aos moradores. Nos resultados, observou-se a complexidade em que se deu a gênese do Assentamento Nova Vida, que atualmente é uma Área Especial de Interesse Social. Além disso, revelaram-se aspectos socioespaciais da desigualdade, falta de serviços públicos e riscos ambientais pela presença da Área de Preservação Permanente do Igarapé Grande.

Palavras-chave: Urbanização. Plano Diretor. Segregação Socioespacial. Informalidade.

Abstract

Urbanization in cities and towns is accompanied by socio-spatial segregation and by the emergence of the urban informal settlements. Urban informal settlements are irregularly built housing places in public or vulnerable areas that lack essential public services. In Boa Vista, the Nova Vida Settlement is an expression of this phenomenon, as it was built on top of a sanitary landfill. To understand this phenomenon, the objective of this article was to characterize the Urban Informal Settlements and the historical process of the Nova Vida

¹ Universidade Federal de Roraima (UFRR), Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Boa Vista, RR, Brasil. camilamattosribeiro@gmail.com

² Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, RR, Brasil. Meire.joisy@ufr.br

³ Universidade Estadual de Roraima (UERR), Boa Vista, RR, Brasil. marciafalcao@uerr.edu.br

⁴ Universidade Federal de Roraima (UFRR), Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Boa Vista, RR, Brasil. marcus_dalencar@yahoo.com.br

⁵ Universidade Federal de Roraima (UFRR), Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Boa Vista, RR, Brasil. rosa.marcy44@gmail.com

Settlement, whose dynamics occurred as a consequence of the urban expansion in Boa Vista. The research outline was presented by a case study, linked to the epistemological theoretical approach of the dialectic of complexity in Morin (2015). Qualitative analysis of the data obtained through literature review and documentary research was used, in line with the environmental history learned on the field, involving participant observation, interviews, visits to public agencies, and the conduction of a questionnaire with residents. In the results, was observed the complexity in which the origing of the Nova Vida Settlement took place, which is currently a Special Area of Social Interest. Besides that, aspects of socio-spatial inequality, lack of public services, and environmental risks were revealed by the presence of the Permanent Preservation Area of Igarapé Grande.

Key Words: Urbanization. Master Plan. Sociospatial Segregation. Informality.

Introdução

A urbanização é um processo marcado por contextos complexos que traz em si a impressão da segregação socioespacial, desigualdade e vulnerabilidade socioambiental. Em Boa Vista, capital do estado de Roraima, movimentos de urbanização vem ocorrendo ao longo dos anos de forma rápida e intensa, multiplicando bairros, principalmente na Zona Oeste do município e produzindo Assentamentos Informais Urbanos.

Os Assentamentos Informais Urbanos representam a solução imediata diante da necessidade de moradia dos segmentos populacionais de baixa renda. Suas origens são impostas por condições do mercado imobiliário formal, interesses privados e falta de gestão pública e planejamento urbano. A intensificação dessas condições impõe à população ocupar áreas ambientalmente frágeis, sem infraestrutura e saneamento e, em sua pluralidade, Áreas de Preservação Permanente.

A área de estudo compreende esse fenômeno urbano em uma cidade amazônica. O Assentamento Informal Urbano Nova Vida localiza-se na Zona Oeste de Boa Vista, que se apresenta como espaço de contradições pela coexistência de um aterro sanitário desativado, uma Estação de Tratamento de Esgoto da Companhia Águas e Esgotos de Roraima (CAER-RR), uma usina de asfalto da Prefeitura Municipal de Boa Vista, atualmente desativada, e uma Área de Preservação Permanente ao entorno da bacia do Igarapé Grande. Por “igarapé”, entende-se um corpo hídrico que deságua no rio.

Com o propósito de compreender de forma ampla e profunda o fenômeno socioambiental, traçou-se o seguinte objetivo: caracterizar os Assentamentos Informais Urbanos e o processo histórico de constituição do Assentamento Nova Vida a partir da urbanização em Boa Vista.

O método utilizado para desvelar a história ambiental foi o estudo de caso proposto por Yin (2015). A abordagem inscreveu-se na dialética da complexidade sistêmica de Morin (2015) com intuito de visualizar não somente o fenômeno da gênese do Assentamento, mas a teia de fenômenos que estão interligados recursivamente e que determinam sua complexidade. Os dados e informações apresentados foram coletadas por meio de pesquisa documental no Diário Oficial do Município de Boa Vista, documentos disponibilizados pela Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (EMHUR) e pelo 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Boa Vista. A revisão de literatura se deu por meio de periódicos e livros.

A história oral foi coletada no campo junto aos moradores do Assentamento e envolveu a observação participante e a entrevista com aplicação de formulário. Os critérios de entrevista estabeleceram que os moradores residissem há mais de um ano no local. A amostra abrangeu dezoito participantes cujo perfil foi de maiores de 18 anos, de ambos os sexos, de qualquer classe social, sem distinção de raça, cor, religião ou tipo de moradia, com uso de equipamentos de proteção individual que garantiram a segurança de todos (máscara e álcool em gel) por conta da pandemia de COVID-19. As entrevistas não alcançaram indígenas ou estrangeiros em razão dos critérios do Comitê de Ética.

Ao fazer a transcrição dos trechos das entrevistas, manteve-se o registro linguístico dos entrevistados, de modo a conservar a espontaneidade de suas falas. As transcrições foram marcadas com as iniciais e idades dos participantes, preservando assim suas identidades, conforme preconiza o Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. A pesquisa foi submetida ao referido conselho em atendimento à Resolução nº 510/2016, sendo aprovada em 29 de novembro de 2021, com CAAE nº 51830421.0.0000.5302 e parecer nº 5.133.668.

O presente artigo é fruto de dissertação apresentada ao mestrado do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais – PRONAT/UFRR. O trabalho se apresenta de forma sequencial e se divide em, além da introdução, um breve contexto geográfico do espaço da pesquisa, a gênese do Assentamento Nova Vida e sua relação com a urbanização em Boa Vista, a história ambiental do Assentamento e, por fim, uma conclusão.

Espaço geográfico da pesquisa

Boa Vista, capital do estado de Roraima, Região Norte do país, encontra-se sob as coordenadas 2°49'11" de latitude norte e 60°40'24" de longitude oeste de Greenwich e é a única capital brasileira localizada totalmente acima da linha do Equador. Limita-se ao Norte

com os municípios de Normandia, Pacaraima e Amajari; ao Sul, com Mucajaí e Alto Alegre; a Leste, com Bonfim, Cantá e Normandia e a Oeste, com Alto Alegre (IGNÁCIO, 2019).

A capital se situa à margem direita do Rio Branco, principal recurso hídrico regional, entre cujos afluentes destacam-se o Rio Cauamé e o Igarapé Grande, como mostra Farias *et al.* (2010). A vegetação predominante da área estudada é do tipo Savana, conhecida regionalmente por "lavrado", caracterizada por um mosaico de fitofisionomias de áreas abertas, ambientes florestais e igarapés com buritizais. A capital apresenta clima tropical chuvoso, quente e úmido do tipo AWi pela classificação de Köppen e se caracteriza por possuir somente duas estações, uma no período chuvoso (de abril a setembro) e a outra na estiagem (de outubro a março) (BARBOSA *et al.*, 2004).

A cidade apresenta 55 bairros, subdivididos em quatro zonas, além do Centro: Zona Norte, com seis bairros; Zona Sul, com cinco bairros; Zona Leste, com quatro bairros e Zona Oeste com quarenta bairros, a mais adensada. A Zona Oeste concentra 75% da população, que conforme projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) seria de aproximadamente 500 mil habitantes no ano de 2021.

É na Zona Oeste que o Assentamento Nova Vida está localizado. Do ponto de vista geográfico apresenta área total de 30,36 hectare e limita-se ao Norte com a Área de Preservação Permanente (APP) da bacia hidrográfica do Igarapé Grande; ao Leste, com a rodovia federal BR-174, que interliga a capital ao estado do Amazonas, com a usina de asfalto da prefeitura municipal de Boa Vista e o espaço público de lazer, praça do bairro São Bento; ao Sul, com a Avenida Brigadeiro; e ao Oeste, com o muro da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) (Figura 1).

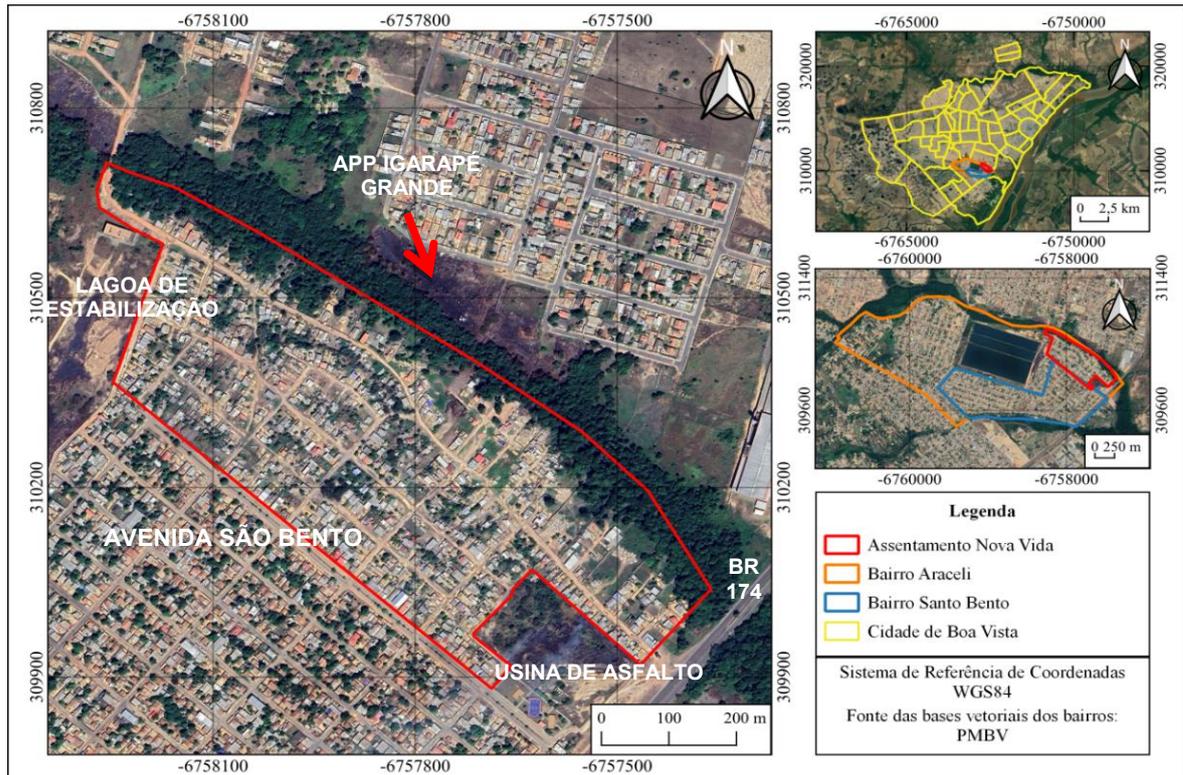


Figura 1 — Mapa de localização do Assentamento Nova Vida, município de Boa Vista-RR, Brasil.

Fonte: Bases vetoriais dos bairros da Prefeitura Municipal de Boa Vista (2022).

A figura revela a complexidade do fenômeno estudado. O Assentamento Informal Urbano Nova Vida localiza-se em um espaço de contradições pela coexistência de um aterro sanitário desativado, uma ETE mais conhecida como lagoa de estabilização, uma usina de asfalto da Prefeitura Municipal de Boa Vista, também desativada, e a APP do Igarapé Grande. Para compreender a origem do fenômeno é necessário entender os processos que incidiram em sua criação.

Assentamento Informal Urbano Nova Vida: da urbanização em Boa Vista a sua gênese

Os Assentamentos Informais Urbanos (AIUs) surgem nas cidades como a solução imediata para a população de baixa renda ao direito à moradia. O fenômeno se manifesta como resposta às condições impostas pelo Estado frente ao planejamento urbano e ao mercado imobiliário formal com a precificação de lotes urbanos. Eles estão envoltos pelas relações sociais que os estabelecem, sendo produtos da exclusão e segregação socioespacial.

Fernandes conceitua os AIUs afirmando que “são habitações que geralmente não têm escrituras legais formais e podem apresentar padrões de desenvolvimento irregular, falta de

serviços públicos essenciais como saneamento e ocorrem em terrenos públicos ou ambientalmente vulneráveis” (FERNANDES, 2011, p. 2).

Em 2013, o Assentamento Nova Vida foi constituído em um espaço repleto de contradições, que apresenta características definidas por Fernandes (2011) para um AIU, pois foi fruto de uma ocupação em área pertencente à Prefeitura Municipal de Boa Vista. Assim, para compreender o contexto atual, fez-se necessário contar brevemente a história do processo de urbanização em Boa Vista, que já apontava para a ocupação da área de estudo.

O processo histórico de uso e ocupação da área onde se instalou o Assentamento Nova Vida atravessou quatro ciclos, que estão relacionados entre si e com o processo de urbanização da cidade de Boa Vista: o primeiro se refere à década de 1950 com a consecução do Plano Urbanístico da cidade. O segundo remonta à década de 1990, com o uso da área pelo governo local para implementação de serviços públicos. O terceiro corresponde à década de 2000, com o surgimento de novos bairros e assentamentos na zona Oeste. O quarto inicia em 2013 com as primeiras ocupações na área que hoje é o Nova Vida.

O Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista marca o primeiro ciclo do processo de urbanização da cidade. Ele foi pensado e implementado entre os anos de 1944 e 1950 pelo Engenheiro Civil Darcy Aleixo Derenusson e compreendia um traçado de integração urbana, em formato radial concêntrico, tendo no centro a praça circular de onde partiam as radiais, ruas extremamente largas que direcionavam ao norte, sul e oeste. O plano deu à cidade um formato de leque (conforme Figura 2), que apesar de apresentar semelhança com cidade de Paris, foi inspirado no traçado urbano de Belo Horizonte – MG (VERAS, 2009).



Figura 2 – Traçado urbanístico da cidade de Boa Vista, em formato radial concêntrico.

Fonte: Acervo de Darcy Aleixo Derenusson (VERAS, 2009).

A implantação do plano urbanístico proporcionou à cidade um crescimento ordenado até o início da década de 1970. Nesse período, Boa Vista começava a se firmar como centro administrativo e novas configurações no espaço foram surgindo, alteradas principalmente por interesses políticos. Na década de 1980, com a criação de conjuntos habitacionais pelo governo local e a intensificação da migração interna com destaque para o garimpo. Novas áreas (sobretudo da zona oeste) foram sendo incorporadas ao espaço urbano e alterando o traçado ora implementado pelo plano urbanístico (SILVA, 2009).

Certamente, o plano urbanístico de Boa Vista não foi pensado em sua continuidade estética e nem estrutural. Desse modo, com as novas configurações que foram se constituindo no espaço, diferentes conflitos foram surgindo, dentre eles a falta de serviços públicos de infraestrutura e saneamento. Veras (2009) confirma a assertiva relatando que a cidade crescia para a zona Oeste e os equipamentos e serviços públicos continuavam concentrados no Centro.

A década de 1990 marca o segundo ciclo com o início de investimentos por parte do governo local para a construção de equipamentos que atenderiam os serviços de infraestrutura e saneamento da cidade. No decorrer desse período, foram construídos a Usina de Asfalto que atenderia a pavimentação da cidade, a Estação de Tratamento de Esgoto com cinco lagoas de estabilização que garantiria o tratamento do esgoto da cidade e evitaria a contaminação do Rio Branco e o Aterro Sanitário, todos eles instalados na área que pertencia ao Distrito Industrial e que atualmente encontram-se instalados no Assentamento Nova Vida (conforme Figura 3).



Figura 3: Vista aérea do local onde estavam instalados os equipamentos de serviços públicos no ano de 2002. **Fonte:** Google Earth (2022).

Para além dos equipamentos destacados na figura 3 é válido destacar, que nessa mesma década foi instituído o primeiro Plano Diretor pela Lei Nº 244 de 06 de setembro de 1991. O Plano Diretor é um “instrumento básico de política de desenvolvimento e expansão urbana” (BRASIL, 1988). Em sua primeira versão, o documento visava o desenvolvimento, porém não estabeleceu instrumentos adequados para alcançá-lo. Somente em 2006, a legislação foi revisada e ganhou nova nomenclatura: Plano Diretor Estratégico e Participativo de Boa Vista – PDEPBV por força do Estatuto das Cidades. Foi instituída a Lei Complementar Nº 924, de 28 de novembro de 2006, que definiu novas providências para o uso e ocupação do solo urbano em Boa Vista, baseado na função social da propriedade e na qualidade de vida (FALCÃO *et al.*, 2015). Contudo, a cidade já havia adquirido novas configurações que não estavam inseridas nesses documentos.

O terceiro ciclo denota que a década de 2000, desvela o surgimento de novos bairros e os assentamentos informais urbanos vão sendo criados na zona Oeste, no entorno dos equipamentos públicos mencionados. Destaca-se aqui o bairro São Bento, limítrofe do Assentamento Nova Vida, que teve seu início por uma ocupação no ano de 2005 nos limites da ETE e apresentava alto grau de impacto ambiental. Ele foi o primeiro bairro a ser implantado nos moldes da política pública de Área Especial de Interesse Social – AEIS - (MORAIS, 2017) e, por conseguinte, novos assentamentos ganharam espaço e *status* de AEIS, como é o caso do João-de-Barro e do Nova Vida.

O quarto e último ciclo iniciou em dezembro de 2013 e perdura até os dias atuais constituindo-se no marco do Nova Vida. Ali, os moradores ocuparam o espaço sobre o aterro sanitário e fizeram local de morada. Considerada uma área ambientalmente frágil por seus aspectos físicos, químicos e biológicos do solo, a área em que está fixado o assentamento evidencia um contexto complexo em sua gênese (MORIN, 2015).

História ambiental do Assentamento Informal Urbano Nova Vida: a ocupação em si

Enquanto marco histórico do surgimento do Nova Vida, considera-se a primeira ocupação registrada em 30/12/2013 (Morais, 2017). Constatou-se que cerca de 42 famílias edificaram habitações precárias no setor Oeste do antigo aterro sanitário, às margens do muro da lagoa de estabilização. Na Figura 4 pode-se observar que moradias foram construídas de

forma precária, com material rudimentar, produzidas principalmente de madeira, resto de obras, as quais não possuíam condições dignas de moradia e não gozava de segurança.



Figura 4: A) Moradia construída de madeira no início da ocupação; B) Local de descanso improvisado. **Fonte:** Acervo dos moradores (2014).

Dos Santos (2018) afirma que as habitações precárias costumam ser de pior qualidade em sua construção em comparação às residências formais, pois elas são edificadas com materiais inadequados, em áreas de risco e sem acesso à infraestrutura e saneamento. A constituição desses espaços é motivada pela necessidade e no Nova Vida a motivação pautou-se pelo direito à moradia e pelo discurso de “*sair do aluguel*”.

Do ponto de vista do presidente da Associação dos Moradores C.S. (38 anos), nasceu para melhorar a vida de muitas famílias, como a dele próprio. C.S. (38 anos) em relato destacou: “*eu morava em casa cedida, com minha sogra, casei e queria ter meu lar, como já dizia o ditado quem casa quer casa*”. E apesar das dificuldades encontradas naquele período, o presidente não se intimidou e tomou a frente do movimento e no presente declara que não se arrepende da sua luta.

No que concerne ainda a primeira tentativa de ocupação, foram empreendidos os primeiros esforços por parte da Prefeitura Municipal de Boa Vista por meio da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional – EMHUR, na retirar dos moradores. Em razão da área do uso como aterro sanitário na década de 1990. A EMHUR afirmava que a área era imprópria para moradia, devido ao risco sanitário e de explosões pelos gases da decomposição dos resíduos sólidos ali ainda presentes (MORAIS, 2017) conforme Figura 5.



Figura 5: Casas construídas sobre aterro desativado, vista do quintal da moradora I.C.C. (42 anos). **Fonte:** Acervo da pesquisa de campo (2022).

Mesmo com os resíduos aparentes, conforme a Figura 5, os moradores não se amedrontaram e construíram suas casas conforme alega o morador N.R. (41 anos) *“todo mundo falava que tinha risco disso aqui explodir, era assim que a prefeitura também falava, mas eu vi quando esses canos foram colocados aqui para a lagoa. Naquela época saiu sim uns gases, mas depois eu ajudei a construir várias fossas aqui e a gente não viu mais gás saindo, não tem risco não”*.

Porém Stuerme *et al.* (2011) afirmam que usar um aterro sanitário após seu fechamento não é recomendado e edificações nessas áreas podem apresentar riscos em função da formação de gases que produzem explosões. Nessa perspectiva, para C.S (38 anos) ocupar o Nova Vida representou um desafio: *“eu pesquisei em outras cidades que também constituiriam moradia em cima de lixões e fui em busca da regularização da área”*. Diante desse cenário, em 2014 o senhor C.S. (32 anos) passou a liderar o movimento.

Fernandes (2011) assevera que a dinâmica dessas ocupações geralmente é encabeçada por um líder que possui conhecimento prévio do espaço a ser ocupado. Via de regra esse líder analisa todas as possibilidades para uma futura legalização e posteriormente inicia a divisão dos lotes e construção das casas. São nessas configurações que o presidente da associação representou. Ele era vigia na ETE e de olhar atento ao ambiente observava o espaço como

uma oportunidade de moradia, uma vez que sua família habitava um imóvel cedido. Na rotina de vigia, acompanhou a primeira tentativa de ocupação: “eu via a coisa acontecendo, eu trabalhava como vigia na lagoa e olhava para esse espaço e já via as pessoas morando” (C.S. 38 anos). A partir desse momento, ele começou a imaginar como seria morar naquele lugar e tomou a frente do movimento com cerca de 42 famílias.

A Associação dos Moradores foi então constituída e iniciou a distribuição gratuita dos lotes. Pessoas de várias localidades começaram a chegar e, juntamente com os pioneiros, instalaram-se em um pequeno espaço vazio nos limites da lagoa de estabilização e da Área de Preservação Permanente da bacia hidrográfica do Igarapé Grande e promoveram estruturas básicas de moradia.

Chama atenção nesse processo constitutivo a postura da EMHUR, que é uma empresa pública criada para auxiliar o município na execução de políticas voltadas à promoção do bem-estar social cuja finalidade de atuação assenta-se nos eixos de garantir a organização do tecido urbano e, mesmo assim, não conteve a ocupação. A empresa alegava preocupação que a informalidade poderia interferir negativamente no desenvolvimento urbano da cidade (MORAIS, 2017).

A informalidade colocada pelo poder público não está relacionada apenas ao planejamento urbano ou à falta de titulação das propriedades, mas sobretudo no quesito riscos econômicos e socioambientais aos moradores. Fernandes (2011) reafirma que a informalidade gera altos custos ao poder público, pois precisa tratar impactos ambientais, de saúde pública, violência e outros de cunho social com programas de melhorias sem planejamento prévio.

Nos anos de 2014 e 2015, a EMHUR realizou inúmeras ações na tentativa de desapropriar aquela área, contando inclusive com apoio do Ministério Público Estadual. Tentativas inócuas, pois mesmo retirando os moradores e destruindo suas moradias, eles continuavam retornando para o lugar. Tensões e conflitos marcaram esse período, de um lado os moradores e a resistência, do outro, o poder público com uso de força física e de segurança pública.

A moradora V.S.F. (25 anos) relatou uma evidência dessa tensão: “a polícia veio a primeira vez e tirou todo mundo e derrubou tudo, derrubou as casas das pessoas”. Somado a esse discurso a moradora M.J.B.F. (28 anos) expôs: “era umas 5 horas da manhã quando a gente recebeu uma ligação, a pessoa dizia que a prefeitura iria vir tirar os moradores, nós conseguimos tirar tudo de dentro de casa, mais vários moradores não conseguiram e o trator passou por cima de tudo”. Na Figura 6, pode-se observar um quantitativo expressivo de

agentes de segurança pública que faziam a segurança dos fiscais da EMHUR e agiam com o emprego da força, embora os moradores contestassem. Mesmo assim as máquinas continuaram derrubando as moradias.



Figura 6: Agentes de segurança pública em pronto emprego. **Fonte:** Boa Vista (2015).

Informações obtidas *in loco* retratam o quadro estarrecedor das tentativas de desocupação, que aconteciam excessivamente de forma violenta. Dois moradores foram atingidos diretamente e fisicamente, F.F.P.S (31 anos) relatou: “eu segurava meu filho pequeno no colo quando eles atiraram, estilhaços caíram no meu olho e eu fiquei com a visão comprometida naquele momento. Eu caí no chão segurando meu filho, nem isso eles respeitaram”. A moradora R.R.P. (60 anos) que já apresenta uma idade mais avançada expôs que foi atingida na lombar por um projétil de borracha, que comprometeu os movimentos de seus membros inferiores por um período.

O Estado, que deveria atuar no sentido de organizar o espaço de forma pacífica mediando o conflito, acabou promovendo violência e outros enfrentamentos dentro do assentamento. A exemplo, pode-se destacar o fato de que quando eram executadas as desapropriações, novas pessoas integravam o movimento e ocasionalmente ocupavam lotes que já pertenciam a outros moradores. Os moradores precisavam ficar no meio do “*lavrado*” vigiando suas terras para que ninguém tomasse ou a prefeitura levasse tudo.

Isso porque quando iniciaram as ocupações, os moradores pioneiros não possuíam condições econômicas para demarcar seus lotes, ou construir casas de alvenaria, considerando ainda a falta de segurança de posse daquelas áreas. As primeiras habitações apresentavam características precárias, de tábuas, compensado, Policloreto de Vinila (PVC) e até mesmo sem nenhuma estrutura de paredes ou telhado.

A moradora R.R.P. (60 anos) relatou: *“eu passava o dia inteiro aqui no sol, sem fazer minhas necessidades porque a gente não tinha condições de fazer um banheiro. Eu até peguei infecção urinária por isso. Quando eu fiz meu banheiro depois de algumas desocupações eu sentia prazer em compartilhar com os outros moradores”*. Essa mesma moradora relatou ainda *“quando uma pessoa não passava o dia aqui, vinha outra pessoa de fora e ocupava. Eu mesma quase fui vítima, em uma dessa que a prefeitura veio, quando eu voltei, já tinha um homem na minha terra. O presidente teve que me dar outro lote, que é esse onde eu moro agora”*. Da mesma forma dessa moradora, outros moradores ficaram sem lote, alguns conseguiram ser novamente beneficiado pela Associação. Porém ocuparam lotes que teriam sido abandonados, restando desse segundo movimento apenas 10% dos moradores, dado que ocupantes não aguentaram viver nessa situação (C.S. 38 anos).

Transcorrido os anos, em 2016 a EMHUR informou que não teria legitimidade para propor ação de reintegração de posse, uma vez que a área constava como propriedade privada da Diocese de Roraima. A Diocese de Roraima contestou tal informação, reafirmando que houve a venda da área para a prefeitura de Boa Vista há mais de 20 anos. Diante das incertezas, outras famílias foram se instalando na área e no final de 2016 já residiam mais de 500 famílias no Nova Vida, que se estendia para as áreas Norte e Leste da região (MORAIS, 2017).

Ao longo desses anos, a Prefeitura comprometeu-se em cadastrar os moradores em programas habitacionais em outros locais. No entanto, os residentes não aceitaram a oferta por medo do não cumprimento. Assim, passaram a melhorar suas habitações no Nova Vida. A paisagem local começou a mudar, de precárias foram dando espaço a habitações e bens mais duráveis (Figura 7). E aquela sensação de insegurança passou a representar um lugar habitado.



Figura 7: A) Construção de vilas para moradia; B) Comércio instalado no assentamento; C) Início do melhoramento da rua principal; D) Casas formais de alvenaria. **Fonte:** Acervo da pesquisa de campo (2022).

Arcaro e Gonçalves (2012, p. 40) discutem que “a formação da identidade de lugar é decorrente da apropriação do espaço”. Dessa forma, o sujeito que se apropria do lugar transforma-o e é transformado. O lugar fica carregado de sentimentos, emoções e significados, as lutas e conquistas passam a ter ao longo do tempo um valor e um significado ao individual e social ao mesmo tempo.

Nesse mesmo segmento de transformações, a comunidade passa a ser o local de relações e interações, de partilha e solidariedade, constituindo um sentido de identidade:

Na construção da identidade, existem dimensões e características do entorno físico que são incorporadas pelo sujeito por meio da interação com o ambiente. Nesse sentido, a identidade de lugar é um componente específico do próprio eu do sujeito, forjado em um complexo processo de ideias conscientes e inconscientes, sentimentos, valores e objetos (GONÇALVES, 2007, p. 70).

É como se pode observar na fala do morador N.R. (41 anos): “eu tinha acabado de perder meu pai, eu tinha que pegar as madeiras do lixão para construir minha casa, a prefeitura veio e derrubou as casas, levou tudo, saiu até no fantástico”. Ele complementa “eu

fiz minha casa de alvenaria e logo comecei com a Igreja, era aqui que a gente fazia as reuniões. Hoje eu não iria para outro lugar, tanto pelo investimento como pelo sentimento”.

A moradora A.C.R.C. (39 anos) lembrou também das benfeitorias feitas pelos próprios moradores do assentamento até o ano de 2021: “eu paguei 115 reais para o vizinho ligar a luz, ele puxou a fiação lá da avenida São Bento. Paguei também para ligar a água, nessa época era muito ruim a gente passava por muita queda de energia, até queimou meu freezer que eu usava para vender refrigerante”.

O morador F.F.P.S. (31 anos) lembrou que eles se ajudavam até na construção das casas uns dos outros “eu ajudei meu vizinho a construir a casa dele, como na época eu não tinha muito dinheiro deixei para construir minha casa mais pra frente, quando eu precisei dele ele não me ajudou, mas faz parte”. Esse elo afetivo que os moradores criam na interação uns com os outros e com o ambiente é chamado de topofilia. Tuan (1983) traz nesse conceito que nós somos capazes de nos identificar com nossas propriedades e elas se tornam uma extensão da nossa personalidade “com o decorrer do tempo, o sujeito deposita parte de sua vida não somente no seu lar, mas também no seu bairro” (p.148).

Por fim, eles descartam qualquer possibilidade de reassentamento, bem como as justificativas para não deixar o local são as mais diversas, desde a questão financeira até a própria identificação com o lugar. É esse sentimento de pertencimento que os moradores desenvolveram com o espaço que o transformaram em lugar. Na assertiva de Tuan (2015) o apego constitui-se na fonte emocional do vínculo entre pessoas e o ambiente. Um conceito multidimensional na complexa relação entre eles, destacando verdadeiramente o “amor ao lugar”.

Aspectos jurídicos

Nos aspectos jurídicos, de acordo com o 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Boa Vista a área do Nova Vida faz parte da área remanescente registrada na matrícula sob o Nº 9124, localizada no Bairro Professora Araceli Souto Maior, tendo naquele órgão como proprietária a Diocese de Roraima. No entanto, conforme o Decreto Nº 770, de 08 de setembro de 1989, a área foi desapropriada e declarada como de utilidade pública, destinada a construção do aterro sanitário de Boa Vista. O tamanho da área declarada pelo registro de imóveis coincide com aquele ora declarado pela Prefeitura de Boa Vista, correspondendo a 30,36 ha.

No dia 17/10/2014 a Associação dos Moradores do Conjunto Nova Vida, CNPJ Nº 21.308.946/0001-90 foi instituída e, desde então, encontra-se sob a gestão do senhor C.S. (38 anos). Os moradores afirmam que o processo para eleição do presidente ocorreu de forma democrática ao longo desses anos. Porém quem sempre ganha o pleito é C.S. (38 anos). A sua popularidade foi notória no processo das entrevistas: “o presidente é uma pessoa boa, eu fui embora quando o movimento começou e quando eu vi que tava dando certo eu voltei, mas não tinha mais lote vazio, eu chorei para o presidente e ele conseguiu esse novo lote pra mim, onde eu *tô* até hoje” (D.S.S. 38 anos).

Do ponto de vista habitacional os moradores ocupam 14 quadras, que contém em média 20 a 23 lotes de tamanhos padrão de 12x30m², completam esse contexto 16 chácaras cuja testada pode variar de 12, 15 ou 20 metros e sem fundo definido (Figura 8). Atualmente são estimadas 585 unidades habitacionais que não representam com clareza o total de famílias, dado que os lotes já foram reconfigurados e/ou desmembrados.



Figura 8: Planta dos lotes do Assentamento Nova Vida. **Fonte:** Associação dos Moradores do Conjunto Nova Vida (2014).

Para obter o lote, de acordo com o croqui, os candidatos a moradores do assentamento precisavam comprovar a necessidade da moradia, o porquê de precisarem daquele terreno e, ainda, comprovar por meio de certidão no registro de imóveis que não eram proprietários de outro lote urbano. Após a verificação o presidente da associação determinava qual parcela aquela pessoa e/ou família iria ocupar e emitia um Termo de Recebimento do Lote. Assinando o termo, o morador comprometia-se em ocupar para construir seu local de moradia e ficava

ciente de que era terminantemente proibido a venda, sob pena de ser responsabilizado administrativamente e judicialmente.

Logo, o único documento que os moradores possuem até os dias atuais é o Termo de Recebimento de Lote, ou Termo de Doação popularmente conhecido pelos moradores, emitido pela Associação. Fernandes (2011) assevera que esse tipo de documentação informal não apresenta validade jurídica que comprove a posse segura. A vista disso, os moradores do assentamento não podem dizer que são legalmente donos de seus lotes, pois não possuem matrícula formal no registro de imóveis pela falta de documentação obrigatória.

Visualizando uma legalização da área, o assentamento foi enquadrado na Lei nº 13.465, de 2017, que trata da Regularização Fundiária Urbana. A referida normatização determina procedimento para instituição de Área de Interesse Social, considerando os núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, e declarados em ato do Poder Executivo municipal (BRASIL, 2017).

Da mesma forma, foram considerados os procedimentos determinantes do Plano Diretor de 2006 para regularização fundiária para áreas passíveis a serem declaradas como Áreas de Especial Interesse Social. O projeto de Lei Nº 047 de 08 de fevereiro de 2017 foi encaminhado à Câmara Municipal, com a finalidade de transformar o assentamento em Área Especial de Interesse Social (AEIS). Em 2018, a Lei Nº 1.843 foi sancionada e definiu a Área Especial de Interesse Social Nova Vida.

Mesmo com a criação da AEIS Nova Vida, a EMHUR alega que o local não é considerado um bairro e que foi ocupada de forma irregular e ilegal. Em vista disso, o Nova Vida não possui memorial descritivo e não há registro nenhum de informação sobre quantos lotes dispõe, nem suas medidas e é considerado uma extensão do bairro São Bento. Um aspecto relevante que difere o Nova Vida de outras AEIS em Boa Vista, como o caso do João-de-Barro que foi considerado AEIS pela Lei Nº 1.325 em 2011, é o fato dele não dispor suas ruas determinadas em sua legislação e dessa forma a prefeitura não tem conhecimento de suas nomenclaturas.

Com a criação da AEIS Nova Vida, esperava-se a chegada de políticas públicas para o melhoramento da infraestrutura e saneamento, porém isso não aconteceu. Até o momento foi implementado o sistema de fornecimento de energia apenas para um número reduzido de residências e o abastecimento de água por meio de um poço edificado pelo governo estadual. Cabe destacar que nem todos os moradores puderam usufruir desses serviços, pois precisavam comprar equipamentos como poste, fios e canos e o perfil dos moradores é de vulnerabilidade

social.

Outro aspecto jurídico do assentamento, diz respeito a Área de Preservação Permanente da bacia hidrográfica do Igarapé Grande, que tem sido suprimida ao longo desse processo de ocupação. A Lei Federal Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, dispõe que as APP são “áreas protegidas, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

Os parâmetros da legislação não foram observados quando foi definida a área das “chácaras”, pois pela configuração definida pela Associação não possuem fundo definido. Por conseguinte, os moradores desmatam para a construção de novas moradias causando danos severos ao ambiente (Figura 9). Chaves e Silva (2019) certificam que a retirada da vegetação de APPs pode provocar problemas ambientais como assoreamento, erosão das encostas, inundações, extinção da fauna e flora local e ainda poluição dos corpos hídricos. Por fim, constatou-se que o espaço do Nova Vida apresenta dinâmica complexa também nos aspectos jurídicos na sua constituição até o momento atual.



Figura 9: Retirada da mata ciliar para construção de moradias na Área de Preservação Permanente do Igarapé Grande. **Fonte:** Acervo da pesquisa de campo (2022).

À guisa de conclusão o Nova Vida consiste num lugar multidimensional complexo dados aspectos de desigualdade socioespaciais, falta de serviços públicos e riscos ambientais. A dinâmica produzida pela dialética espécie humana/ambiente nesse local, determinou influência de um sobre o outro (MORIN, 2015). Ora os moradores usufruíram (e usufruem) desse ambiente para constituir moradia, mesmo que isso lhes pudessem trazer consequências futuras, ora o ambiente impõe reações que pode não conciliar com os interesses desses moradores, gerando um desequilíbrio pela própria ação humana.

CONCLUSÃO

A conclusão do presente artigo desvelou a história ambiental do Assentamento Nova Vida, cuja dinâmica ocorreu a partir da expansão urbana em Boa Vista. O trabalho se centrou na exposição dos elementos que estabelecem e caracterizam os Assentamentos Informais Urbanos e como eles representam a expressão da segregação socioespacial. Revelou-se também um movimento marcado por ocupações irregulares, em áreas públicas ou de vulnerabilidade socioambiental, que não apresentam serviços públicos básicos e que sua regularização é dificultada pela falta de documentos formais de posse.

Assim, o processo constitutivo do Nova Vida é marcado pelo movimento de urbanização na cidade de Boa Vista, que teve sua estrutura baseada em um Plano Urbanístico da década de 1940 e que não previu o crescimento da cidade. As consequências espaciais do plano fizeram com que o governo local utilizasse uma área na zona Oeste para a implementação de equipamentos de serviço público sobre um aterro sanitário, com limites numa usina de asfalto e uma estação de tratamento de esgotos da cidade.

Os elevados preços de lotes urbanos, somado a falta de políticas urbanas e habitacionais efetivas, ocasionou a ocupação da área em que está instalado o assentamento Nova Vida. Constituído sobre um antigo aterro sanitário da cidade com o objetivo de garantir o direito à moradia, apresenta um movimento contraditório, pois os moradores ali instalados convivem com o acesso desigual à terra urbana, não usufruem de infraestrutura e serviços básicos de saúde, educação e saneamento.

Ao mesmo tempo, embora não se caracterize por uma consolidação jurídica de bairro perante a prefeitura de Boa Vista, o Nova Vida constitui-se como uma Área Especial de Interesse Social. Além disso, mesmo que as AEIS tenham por objetivo a democratização do acesso à terra à população de baixa renda, não garante aos moradores do Nova Vida o direito de uma moradia digna.

Diante desse contexto, revelaram-se também aspectos de vulnerabilidade ambiental em razão da ocupação próxima a Área de Preservação Permanente. A ocupação gerou danos ao ambiente como o assoreamento, a diminuição de flora e fauna. Considera-se também como um risco futuro o desaparecimento do Igarapé Grande que é um dos principais afluentes urbanos do Rio Branco.

REFERÊNCIAS

- ARCARO, R., GONÇALVES, T. M. (2012). Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul, Santa Catarina. *RA'E GA*, (25), 38-63. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v25i0.28003>
- BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- BRASIL (2017). *Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017*. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm
- BOA VISTA (1989). *Decreto n. 770, de 08 de setembro de 1989*. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação a área de terras que menciona e dá outras providências.
- BOA VISTA (2006). *Lei n. 962, de 29 de novembro de 2006*. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano no município de Boa Vista e dá outras providências. Recuperado de http://sapl.boavista.rr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2006/2107/lei_no_926_de_29_de_novembro_de_2006.pdf
- BOA VISTA (2018). *Lei n. 1.843 de 01 de fevereiro de 2018*. Dispõe sobre: Declara área especial de interesse social (AEIS) denominada Nova Vida, situada no bairro São Bento com área total de 30.369 ha, localizada na cidade de Boa Vista-RR.
- CHAVES, F. B., SILVA, S. T. (2019). *A redução das áreas de preservação permanente: inobservância dos princípios da proibição do retrocesso ambiental e da proibição da proteção deficiente*. Recuperado de <https://jus.com.br/artigos/73549/a-reducao-das-areas-de-preservacao-permanente-inobservancia-dos-principios-da-proibicao-do-retrocesso-ambiental-e-da-proibicao-da-protECAo-deficiente>
- DOS SANTOS, C. R. (2018). Assentamentos informais Latino-Americanos: considerações sobre o melhoramento de bairros e as habitações sociais. *REVISTA ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO*, 9(21), 1–21. Recuperado de <https://doi.org/10.28998/repd.v9i21.8740>
- FALCÃO, M. T., BURG, I. de P., COSTA, J. A. V. (2015). Expansão urbana de Boa Vista/RR e os reflexos sobre os recursos hídricos. *Revista Equador (UFPI)*, 4(2), 98-113. Recuperado de <https://doi.org/10.26694/equador.v4i02.3208>
- FARIAS, M. V. de A., VERAS, A. S. S., DA PAIXÃO, S. U. A. (2010). Degradação do

- corpo hídrico no urbano em Boa Vista– RR. *TEXTOS&DEBATES*, (18), 129-138. Recuperado de <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v1i18.1174>
- FERNANDES, E. (2011). *Regularização de Assentamentos Informais na América Latina*. Massachusetts: Lincoln Institute of Land Policy.
- GONÇALVES, T. M. (2008). *Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano*. Ijuí: Unijuí.
- IGNÁCIO, R. P. (2019). *Direitos à Moradia e à Preservação Ambiental em Boa Vista (RR)*. Boa Vista: Editora da UFRR.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Brasileiro de 2010*. Recuperado de <https://censo2010.ibge.gov.br/>
- MORAIS, R. P. (2017). *ASSENTAMENTO INFORMAL “NOVA VIDA”: UMA MARCA IMPRESSA NA PAISAGEM URBANA DE BOA VISTA – RORAIMA*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Roraima, RR, Brasil.
- MORIN, E. (2015). *Introdução ao pensamento complexo*. (5a ed.). São Paulo: Editora Cortez.
- SILVA, P. R. de F. (2009). Boa Vista: Gênese espontânea e gênese induzida. *Revista Acta Geográfica*, (5), 63-71. Recuperado de DOI: 10.5654/actageo2009.0305.0004
- TUAN, Yi-Fu (1993). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.
- _____, Yi-Fu (2015). *Topofilia: um estudo na percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel.
- VERAS, A. T. de R. (2009). *A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima* (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- YIN, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (5a ed.). Porto Alegre: Bookman.

2.1 NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ANÁLISE DE MANUSCRITOS NA REVISTA URBE. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO URBANA

Todas as submissões de artigo devem ser realizadas exclusivamente online, pelo sistema da própria revista disponível em <http://mc04.manuscriptcentral.com/urbe-scielo>

A submissão deverá respeitar as normas e padrões de formatação apresentados nos modelos disponíveis para download em português, inglês e espanhol.

A urbe recebe artigos científicos com estudos teóricos e empíricos relacionados às questões urbanas em geral e à gestão urbana em específico, consolidando-se como um espaço plural de discussão das diversas contribuições relacionadas ao tema.

NORMAS EDITORIAIS

a) Somente serão aceitos artigos submetidos pelo sistema online no endereço <http://mc04.manuscriptcentral.com/urbe-scielo>. Não serão aceitas submissões por e-mail.

b) Os artigos devem ser inéditos, não sendo permitida a submissão de artigos já publicados em outro periódico, mesmo que em outra língua, bem como já disponibilizado em formato de capítulo de livro. Alinhado às práticas de Ciência Aberta, a disponibilização prévia dos artigos em servidores de preprints é aceita, desde que observada a relação de servidores certificados pela revista, disponibilizada ao final desta página.

c) Os artigos submetidos devem citar e referenciar todos os dados, códigos de programas e outros materiais que foram utilizados ou gerados na pesquisa. Estes conteúdos citados devem ser disponibilizados em acesso aberto preferencialmente antes da submissão do artigo, sendo requerido para a sua aprovação. Em caso de dados sigilosos ou que envolvam acordos de confidencialidade, os autores deverão enviar uma solicitação justificada aos editores por e-mail (urbe@pucpr.br), a partir da qual será proferida decisão editorial.

d) Em relação à titulação mínima, exige-se que ao menos um dos autores possua mestrado concluído.

e) No momento da submissão, o autor correspondente deverá informar sobre o alinhamento da pesquisa e conformidade do artigo com as práticas da ciência aberta. Para isso, o Formulário sobre Conformidade com a Ciência Aberta deverá ser preenchido e submetido como arquivo suplementar ao manuscrito, devendo ser compartilhado com os editores e pareceristas.

f) Os artigos recebidos são primeiramente analisados pelos editores e, se respeitarem as normas para publicação e sendo considerados alinhados com as áreas temáticas de interesse, seguem um processo de revisão duplo-cego em que a identidade tanto do revisor como do autor são ocultadas de ambas as partes.

g) Alinhado aos princípios e práticas de ciência aberta, a urbe oferece opções de abertura do processo de avaliação por pares, possibilitando avaliações simples cego (apenas

revisores são anônimos) ou completamente abertas, com identificação mútua entre revisores e autores.

h) O resultado da avaliação dos pareceristas poderá ser de quatro formas:

- (1) Aprovação sem revisões;
- (2) Aprovação condicionada à pequenas revisões;
- (3) Aprovação condicionada à grandes revisões;
- (4) Rejeição.

i) Os editores e pareceristas se reservam o direito de propor alterações nos originais, visando manter a qualidade da publicação, mas respeitando o estilo e as opiniões dos autores. Afirmações, opiniões e conceitos expressados nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores.

j) O simples encaminhamento dos trabalhos à revista urbe implica na aceitação, por parte do autor, das normas aqui expressas, bem como na autorização da publicação dos mesmos.

k) Todos os artigos são publicados sob licença Creative Commons Atribuição (by), que "permite que outros distribuam, remixem, adaptem ou criem obras derivadas, mesmo que para uso com fins comerciais, contanto que seja dado crédito pela criação original" (Creative Commons, 2013).

AUTORES

Ainda que a urbe não limite o número máximo de autores em um artigo, esta indicação deve atender criteriosamente as condições abaixo relacionadas, a fim de caracterizar o papel de autoria ou co-autoria. Desta forma, os autores relacionados na submissão confirmam que:

- Realizaram contribuição significativa no artigo e participaram de sua redação.
- Revisaram sua versão final e estão cientes do envio do artigo à revista urbe.
- Assumem total responsabilidade, conjuntamente aos demais autores, sobre o conteúdo do artigo submetido, inclusive na eventualidade de descumprimento dos princípios éticos que regem a publicação científica e as normas editoriais.
- Estão cientes que as comunicações durante o processo editorial serão realizadas apenas com o autor de correspondência, indicado no momento da submissão.
- Estão cientes das respectivas atribuições indicadas no momento da submissão, em conformidade ao sistema de especificação CRediT (Contributor Roles Taxonomy).

Caberá ao autor correspondente certificar-se do atendimento de todas as condicionalidades acima elencadas para cada um dos autores que informar no momento da submissão. Não serão aceitas solicitações de modificação, inclusão ou exclusão de autores após a submissão do artigo.

NORMAS TÉCNICAS

Apresentação de Artigo

O texto deverá ser submetido em formato Word (.docx) ou OpenOffice (.odt) e em conformidade as normas e padrões de formatação disponíveis no modelo (*template*) abaixo. O arquivo deverá ser salvo diretamente em seu computador, tornando-o disponível para

edição.

Escolha a língua de download do modelo: português | inglês | espanhol

Os artigos devem conter entre 5.000 e 8.000 palavras. O artigo não deve apresentar identificação dos autores em nenhuma página. A identificação dos autores (formação, titulação máxima, filiação institucional e o endereço completo incluindo e-mail) será realizada no momento da submissão online.

A primeira página do artigo deverá conter: o título em português e em inglês; resumo e palavras-chave.

O texto principal do artigo deve vir na sequência, sem qualquer referência aos autores ou instituições de origem.

Resumos

Os trabalhos aceitos deverão oferecer dois resumos, sendo um deles necessariamente em português e o segundo em inglês. Quando o texto for apresentado em espanhol ou francês, um dos resumos deve ser em sua língua original, além dos resumos em português e inglês. Os resumos devem conter até 200 palavras. Na última linha, deverão ser indicados entre 3 e 5 palavras-chave, separadas por vírgula.

Figuras e Tabelas

Devem ser submetidos pelo sistema online. Os materiais gráficos (ilustrações, desenhos, etc.) deverão ser mencionadas como figura e respeitar a resolução de 300 dpi e o formato indicado (jpg ou tif). No texto, figuras e tabelas devem ser apresentados com os seus respectivos títulos (imediatamente acima) e legendas / fonte (imediatamente abaixo da tabela). As expressões "Figura abaixo / acima" ou "Tabela que segue" não devem ser utilizadas porque no processo de editoração sua localização pode ser alterada.

Citações e Referências

As normas da American Psychological Association – APA deverão ser adotadas para a realização de citação e apresentação de referências. Exemplos estão disponíveis no arquivo modelo (template) disponível para download no começo desta página.

As citações deverão utilizar o sistema autor-data e as referências deverão ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética e organizadas pelo sobrenome dos autores. Não deverão ser indicadas referências bibliográficas que não foram citadas no trabalho.

Em caso de mais de uma referência do mesmo autor, utilize a ordem cronológica, iniciando pela publicação mais antiga. Em caso de dúvidas ou omissão destas normas, sempre observar e dar preferência as normas da APA que constam do Publication Manual of the American Psychological Association. Observe os exemplos no arquivo modelo (template) disponível para download no começo desta página.

SERVIDORES PREPRINTS CERTIFICADOS

A revista urbe aceita a submissão de artigos previamente depositados nos seguintes servidores preprints:

a. SciELO Preprints | preprints.scielo.org

b. SocArxiv – Center of Open Science | <https://osf.io/preprints/socarxiv>

DISPONIBILIDADE DE BANCOS DE DADOS E CÓDIGOS

Os bancos de dados, códigos de programas e outros materiais que foram utilizados no artigo devem ser disponibilizados em acesso aberto, preferencialmente antes de sua submissão, sendo condição obrigatória para a sua publicação. O depósito destes dados deverá ser realizado no Dataverse da revista urbe, disponível no portal SciELO Data | <https://data.scielo.org/dataverse/brurbe>

Sugere-se a consulta ao Guia de depósito de dados de pesquisa, produzido pela equipe SciELO para auxiliar novos usuários do sistema. Em caso de dados sigilosos ou que envolvam acordos de confidencialidade, os autores deverão enviar uma solicitação justificada aos editores por e-mail (urbe@pucpr.br), a partir da qual será proferida decisão editorial.

Dúvidas podem ser encaminhadas por e-mail para urbe@pucpr.br (não realizar submissão de artigos por e-mail, verificar o início desta página para o endereço de submissões).

3 ASPECTOS DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO INFORMAL URBANO NOVA VIDA, BOA VISTA – RORAIMA – AMAZÔNIA – BRASIL

Aspects of socio-environmental vulnerability in the Special Area of Social Interest: a case study in the Informal Urban Settlement Nova Vida, Boa Vista – Roraima – Amazon – Brazil

Camila Mattos Ribeiro – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, da Universidade Federal de Roraima (PRONAT/UFRR). Email: camilamattosribeiro@gmail.com

Meire Joisy Almeida Pereira – Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA/UFAM). Professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email: meire.joisy@ufr.br

Márcia Teixeira Falcão – Doutora em Biotecnologia e Biodiversidade (UFPA). Professora da Universidade Estadual de Roraima (UERR). Email: marciafalcao.geog@uerr.edu.br

Marcus Aurélio D’Alencar Mendonça – Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, da Universidade Federal de Roraima (PRONAT/UFRR). Email: marcus_dalencar@yahoo.com.br

Marcilene Rosa Mendes – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, da Universidade Federal de Roraima (PRONAT/UFRR). Email: rosa.marcy44@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os aspectos de vulnerabilidade socioambiental e de políticas públicas na Área Especial de Interesse Social Nova Vida, a partir do estudo de caso no Assentamento Informal Urbano, Boa Vista, Roraima. Como metodologia, partiu-se da abordagem quanti-qualitativa, empregou-se pesquisas de campo, documental e a revisão da literatura. Utilizou-se enquanto instrumentos de coleta de campo as entrevistas e a aplicação de formulários junto aos moradores e visitas institucionais aos órgãos públicos. Os dados em exposição, com referências teóricas, permitiram desvelar como se deu o processo de ocupação em um aterro sanitário desativado da capital e como os serviços públicos essenciais não acompanharam esse processo. Em se tratando de aterro sanitário desativado os resultados apreendidos revelaram que a infraestrutura e saneamento são inadequados, os moradores apresentaram dificuldades de acesso às políticas públicas. Alinhado a esse conjunto de circunstâncias ainda há o processo de degradação ambiental, visto que as moradias foram construídas às margens do Igarapé Grande.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Impacto Socioambiental. Degradação. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article analyzes aspects of the socio-environmental vulnerability and the public policies in the Nova Vida Special Area of Social Interest, based on a case study in the Informal Urban Settlement, Boa Vista, Roraima. As a methodology, started with a quantitative-qualitative

approach, using field research, documents and literature review. Interviews and application of forms with residents and institutional visits to public agencies were used as instruments field collection. The data on display, with theoretical references, allowed to reveal how the occupation process took place in a deactivated sanitary landfill in the capital and how essential public services did not follow this process. In of a deactivated sanitary landfill, the results revealed that the infrastructure and sanitation are inadequate, the residents had difficulties in accessing public policies. Aligned with this set of circumstances, there is still the process of environmental degradation, as the houses were built on the banks of the Igarapé Grande.

Keywords: Vulnerability. Socio-environmental Impact. Degradation. Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

Originado e com características de um Assentamento Informal Urbano, o Nova Vida é resultado de ocupações espontâneas em uma área que se destinou ao aterro sanitário da capital. Apresentou em sua consolidação a presença de autoconstruções e autosserviços pelos moradores em razão da ausência do Estado.

O Nova Vida foi submetido à Regularização Fundiária de Interesse Social no ano de 2018, marco legal que representou a esperança dos moradores na oferta de serviços públicos que pudessem melhorar suas qualidades de vidas. Ledo engano, pois o que se observa é que o Nova Vida se apresenta como campo de desigualdades socioeconômica e socioambiental.

Os moradores do Nova Vida são submetidos a situações de vulnerabilidade pela ausência da oferta de serviços públicos essenciais como saneamento e infraestrutura e a insegurança sobre a posse do terreno. O perfil socioeconômico dos moradores corresponde ainda em sua maioria aos baixos níveis dos indicadores sociais — renda, educação, saúde e moradia — e a má qualidade de vida em razão da degradação do ambiente em que estão inseridos.

Por meio do estudo de caso do Nova Vida (YIN, 2015), foi possível problematizar diferentes abordagens dos paradigmas urbanos valendo-se de uma perspectiva interdisciplinar. Nesse artigo discutiu-se temas que se relacionam e interrelacionam com o objetivo de analisar os aspectos da vulnerabilidade socioambiental e de políticas públicas na Área Especial de Interesse Social Nova Vida, a partir da realidade do Assentamento Informal Urbano de Boa Vista, Roraima.

A abordagem do estudo inscreveu-se na dialética da complexidade sistêmica de Morin (2015) com intuito de visualizar a teia de fenômenos que estão interligados recursivamente e que determinam a complexidade da constituição do Nova Vida. Os dados e informações

apresentadas foram coletadas por meio de pesquisa documental – documento da Roraima Energia, Secretaria de Estado e Saúde (SESAU), Secretária Municipal de Saúde (SMSA) e Secretaria Municipal de Gestão Social (SEMGES). A revisão da literatura se deu por meio de periódicos e obras (livros).

Como resultado revelou-se que na Área Especial de Interesse Social Nova Vida a infraestrutura e saneamento são ofertados de forma precária ou inadequada, os moradores possuem dificuldades de acesso às políticas públicas. Alinhado a isso, existe no lugar um evidente processo de degradação ambiental na Área de Preservação Permanente da bacia hidrográfica do Igarapé Grande.

O presente artigo é fruto da dissertação apresentada no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PRONAT/UFRR) e foi submetido ao Conselho de Ética e Pesquisa em atendimento a Resolução nº 510/2016, sendo aprovado em 29 de novembro de 2021, com número CAAE 51830421.0.0000.5302 e parecer 5.133.668.

2 RELAÇÕES E INTERAÇÕES NO NOVA VIDA: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS

As relações e interações estabelecidas no Nova Vida evidenciaram um fenômeno complexo (MORIN, 2015), considerando as características socioeconômicas e ambientais.

2.1 ORGANIZAÇÕES

O assentamento foi idealizado no final do ano de 2013 e a dinâmica complexa da organização está em andamento desde então. A necessidade dos moradores foi o que motivou as lutas em busca do direito constitucional à moradia, e a conquista veio com a institucionalização da Área Especial de Interesse Social (AEIS) pela Lei Municipal Nº 1.843 de 01 de fevereiro de 2018 publicada no Diário Oficial do Município Nº 4891 de 03 de junho de 2019.

A organização é a configuração de relações entre os componentes do sistema (BAUER, 2016), e na formação do espaço apresenta-se como complexa. A complexidade, diante de uma nova visão paradigmática, é tratada a partir do cotidiano das pessoas, comparando-a com uma organização social que estabelece relações e interações (MORIN, 2015).

Resultado do processo de urbanização da cidade de Boa Vista, Roraima, o

assentamento apresenta características de vulnerabilidade socioambiental pois foi instituído em um aterro sanitário desativado da capital. Enquanto conjunto, o Nova Vida se inscreve no conceito de Fernandes (2011) para um Assentamento Informal Urbano (AIU) por apresentar ocupações com padrões de desenvolvimento irregular, não possuir documentos legais formais e evidenciar insuficiência de serviços públicos essenciais.

A vulnerabilidade socioambiental pode ser caracterizada pela coexistência de fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais que evidenciam a condição de exposição e fragilidade de grupos sociais segregados do contexto urbano. Ela resulta em condições de vida precárias em ambientes frágeis, frequentemente próximos às margens de rios, sem infraestrutura e saneamento (ROGGERO *et al.*, 2018).

O movimento empreendido na ocupação do Nova Vida ocorreu similarmente à ocupação de outros espaços informais, precedida de três momentos: o primeiro refere-se à ocupação/invasão da área, o segundo concerne a autoconstrução das habitações e serviços e por último, a busca da instituição que legitimasse a ocupação do espaço (SANTOS, 2018).

O primeiro movimento consistiu na ocupação da área cujo marco se deu em 30/12/2013. A conjuntura evidenciou a presença de 42 famílias que ocuparam uma área limítrofe à Estação de Tratamento de Esgoto da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (ETE/CAER). Porém, não lograram êxito no feito, dado que a Prefeitura empreendeu esforços para sua desapropriação (MORAIS, 2017). A prefeitura, por meio da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (EMHUR), que é um órgão público responsável pela desapropriação da área, empregou a força física e policial para a retirada dos moradores.

Em 17/10/2014, sob a liderança do senhor C.S. (38 anos), a Associação dos Moradores do Conjunto Nova Vida foi instituída. A associação compreendeu a organização social responsável pela conquista da AEIS e pela divisão e entrega dos lotes formalmente. O processo não exigiu o pagamento dos lotes pelos moradores, impondo apenas a condição de comprovação de não possuir outro lote urbano. O espaço que era então destinado ao descarte de resíduos sólidos, foi reorganizado com a finalidade de moradia.

Nessa perspectiva emergiu o segundo momento, da autoconstrução de habitações e autosserviços, no qual os moradores empreenderam esforços para adaptar o espaço a condições adequadas de moradia em articulação que remete à condição de solidariedade. Singer (2008) aponta para a solidariedade como uma concepção de sociedade mais humana, baseada em valores solidários de cooperação e ajuda mútua. No Nova Vida foi estabelecida

uma organização social, e em suas relações se construiu um sistema de solidariedade promovido pelas ações de proximidade, confiança, identidade e vivências (SANTOS, 2018).

Do ponto de vista pragmático, os moradores iniciaram a autoconstrução de habitações em condições precárias advindas da coleta de materiais reaproveitados, como madeira de construções, lonas e compensado. No que diz respeito aos autosserviços, utilizaram-se de ligações clandestinas de água e luz. A falta desses serviços básicos ou a sua distribuição de forma desigual reflete as expressões da questão social em suas múltiplas dimensões, pois ultrapassa o direito à moradia e transita em questões diversas como direito à saúde, à educação, à alimentação, à terra de qualidade, ao ambiente sadio e condições de trabalho e vida digna (IANNI, 1991).

A fim de legitimar o assentamento e assegurar o acesso às políticas públicas, a Associação dos Moradores iniciou o terceiro movimento para legitimação do espaço, buscando garantir aos moradores condições de vida adequadas e serviços públicos. Por meio de projeto de lei municipal e de parâmetros da Lei Federal Nº 13.465, de 2017, que trata da Regularização Fundiária Urbana, o Nova Vida foi reconhecido como Área Especial de Interesse Social sancionado pela Lei Municipal Nº 1.843 de 01 de fevereiro de 2018.

Cabe destacar que a regularização fundiária, em termos gerais, determina medidas de cunho jurídico, urbanístico, ambiental e social com a finalidade de incorporar os AIUs no ordenamento formal urbano. O Ministério das Cidades (BRASIL, 2009) assegura que, com base na função social da propriedade, as Áreas Especiais de Interesse Social foram fundadas com o objetivo de inclusão da população de baixa renda ao direito à cidade servida de equipamentos e infraestrutura.

Em Boa Vista, o Plano Diretor Estratégico e Participativo (2006) determina que as Áreas Especiais de Interesse Social devem garantir a moradia digna. Porém, suas disposições são omissas e não estabelecem ações efetivas para sua regulamentação, estabelecendo ainda que as AEIS obedecerão regras próprias pelas leis que as instituir. Porém, na instituição do Nova Vida, o poder público não buscou em sua totalidade a melhoria de condições de vida dos moradores. Os tipos de infraestrutura e de serviços a serem implementados também não foram definidos, assim como não foram estabelecidas políticas de inclusão social ou geração de emprego, reforçando aspectos de segregação socioespacial.

As ações pontuais implementadas na AEIS Nova Vida, não apresentam melhores condições de vida aos moradores de fato, pois, ou foram implementadas com cunho assistencialista ou apresentam déficit em seu oferecimento. Ações que acarretam prejuízos

diversos no cotidiano dessas famílias.

O reconhecimento e delimitação de uma área em AEIS é importante, pois permite o avanço e a implementação de políticas públicas de cunho social, urbanístico e ambiental. Contudo, as expectativas em relação a transformação das condições de vida dos moradores da AEIS Nova Vida foram relativamente frustradas como reflexo da descontinuidade das ações do poder público. Observam-se em campo os aspectos de vulnerabilidades socioambientais apresentados a seguir.

2.2 ASPECTOS ESPACIAIS DO ASSENTAMENTO NOVA VIDA

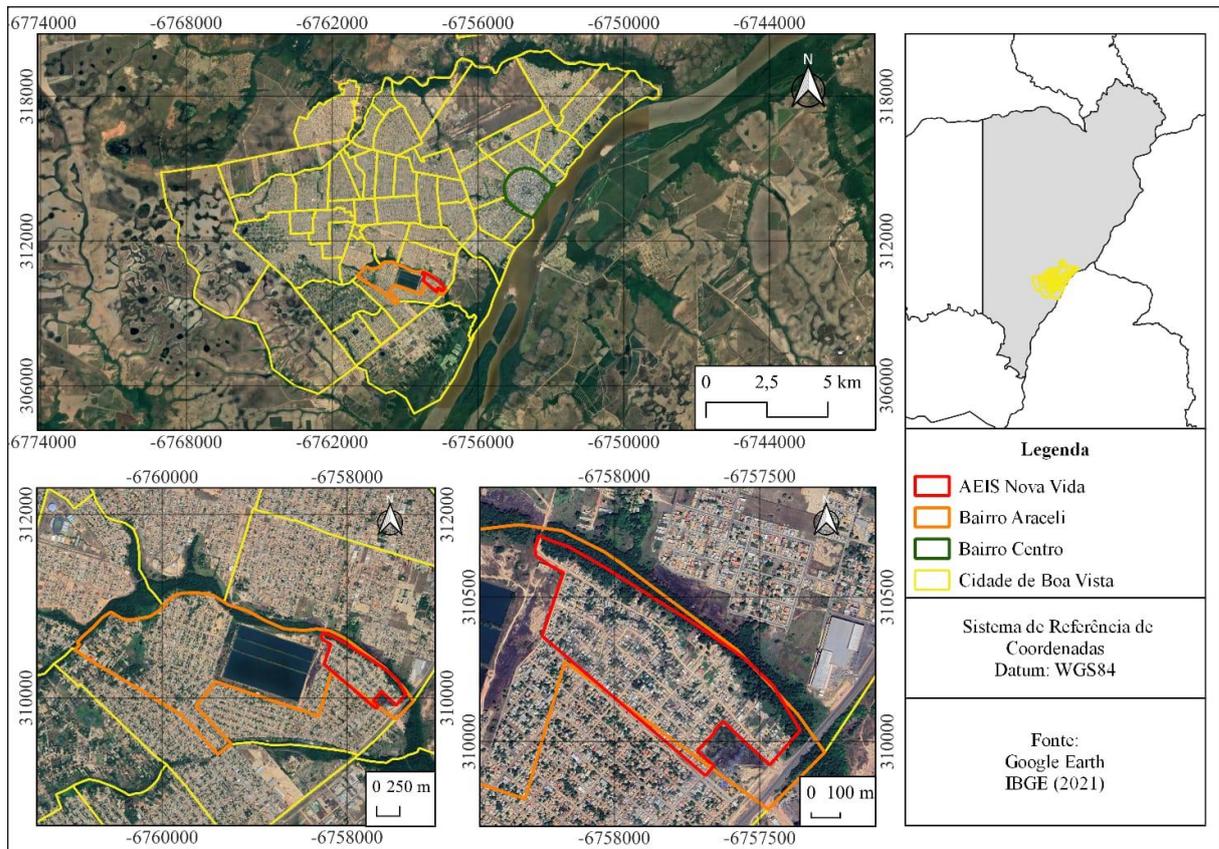
Conhecer os aspectos espaciais do Nova Vida e sua localização faz parte do processo que desvela o motivo pelo qual os moradores assentaram-se naquele lugar e o movimento empreendido em suas relações e interações, comportamentos que revelam condições de vulnerabilidade socioambiental.

Com esse intuito, é preciso também conhecer um pouco de Boa Vista. A capital do estado de Roraima apresenta aproximadamente 500 mil habitantes (projeções passadas referente ao ano de 2021) conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). Como outras cidades no Brasil, apresentou um rápido crescimento urbano em função de um conjunto de fatores e atualmente conta com 55 bairros. Sua sede fica à margem direita do Rio Branco, principal recurso hídrico regional (FARIAS *et al.*, 2010).

Localizado na zona Oeste da capital, a AEIS Nova Vida compreende, pela lei municipal que a instituiu, uma área de 30,369 hectares do bairro São Bento. Decorre dessa característica uma relevante descoberta: até o momento desta escrita, o Nova Vida não é reconhecido pela prefeitura como um bairro e conseqüentemente é tratado como um anexo do bairro São Bento. Todavia, no cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Boa Vista, consta que a referida área pertence à área remanescente do bairro Professora Araceli Souto Maior (matrícula nº 9124 Registro de Imóveis).

Embora apresente dinâmica complexa, o Nova Vida está instalado em uma área privilegiada de Boa Vista, compondo pelo Plano Diretor (2006) uma área de expansão urbana. Como se percebe na Figura 10, limita-se ao leste com a rodovia federal BR-174, que oferece rápido acesso ao Centro da Cidade e que em linha reta mede aproximadamente 6 quilômetros de distância. Ao sul, faz limite com a Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, que também oferece acesso fácil às escolas, posto de saúde e outros serviços públicos.

Figura 10: Mapa de Localização Nova Vida.



Fonte: Google Earth; IBGE (2021).

Os seus limites ao oeste com a Estação de Tratamento de Esgoto e ao norte com a Área de Preservação Permanente da bacia hidrográfica do Igarapé Grande apresentam características preocupantes. Isso porque o Igarapé Grande é um dos principais afluentes do Rio Branco, juntamente com o Rio Cauamé (FARIAS *et al.*, 2010). Os afluentes são cursos de águas menores que, ao desaguar em seus rios principais, contribuem para o seu volume e fluxo (BRASIL, 2005). Portanto, o Igarapé Grande é um recurso primordial para a manutenção do Rio Branco.

Porém, observa-se nessa área uma crescente dinâmica de danos a esse recurso hídrico, uma vez que os efluentes da ETE são despejados em água corrente no igarapé alterando o seu equilíbrio e aparência. Somando-se a isto, o processo de construção de moradias na APP revela mudança na paisagem natural e impactos de degradação ambiental decorrente da dinâmica de urbanização nas cidades.

A relação da espécie humana com o ambiente apresenta uma dinâmica circular e recursiva, pois à medida que o transforma é também transformado. Essa concepção dualista permite enxergar problemas importantes da vida, problemas do cotidiano (MORIN, 2015).

Por consequência desse movimento, manifestam-se aspectos de vulnerabilidades socioambientais e socioeconômicas, doravante evidenciados.

2.3 IDENTIFICAÇÃO DOS MORADORES

Quanto ao número de residentes e ao perfil dos arranjos familiares do Nova Vida, a associação relatou não dispor de dados exatos. Considerando as respostas obtidas em entrevista, classifica-se a população do Nova Vida heterogênea, conforme significado do dicionário Aulete Digital, “de natureza diferente, variada, diversificada”.

Tabela 1 – Perfil familiar.

Identificação	Gênero	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Tempo de Moradia	Quantidade de Moradores	Composição Familiar
<i>Morador 1</i>	Feminino	28	Médio completo	Casada	2 anos	4	Esposa/marido/irmão/cunhada
<i>Morador 2</i>	Masculino	40	Superior	Casado	2 anos	4	Esposa/marido/cunhado/cunhada
<i>Morador 3</i>	Feminino	28	Médio completo	Casada	8 anos	4	Esposa/marido/filhos
<i>Morador 4</i>	Masculino	38	Médio completo	Casado	8 anos	4	Esposa/marido/filhos
<i>Morador 5</i>	Feminino	60	Não alfabetizada	Casada	8 anos	7	Esposa/marido/filha/genro/netos
<i>Morador 6</i>	Masculino	41	Médio completo	Casado	8 anos	5	Esposa/marido/filhos
<i>Morador 7</i>	Feminino	51	Médio completo	Casada	8 anos	6	Esposa/marido/filhos/nora/netos
<i>Morador 8</i>	Feminino	49	Fundamental incompleto	Solteira	3 anos	4	Mãe/filha/genro/neta
<i>Morador 9</i>	Feminino	25	Fundamental completo	Casada	8 anos	7	Esposa/marido/filhos
<i>Morador 10</i>	Feminino	47	Fundamental incompleto	Casada	8 anos	6	Esposa/marido/filhos/genro/neto
<i>Morador 11</i>	Feminino	37	Médio completo	Casada	7 anos	8	Mãe/filhas/netas
<i>Morador 12</i>	Feminino	38	Médio incompleto	Solteira	6 anos	10	Mãe/filhos/netos
<i>Morador 13</i>	Feminino	38	Fundamental incompleto	Solteira	7 anos	4	Mãe/filhos
<i>Morador 14</i>	Feminino	39	Médio completo	Casada	7 anos	3	Esposa/marido/filho
<i>Morador 15</i>	Feminino	45	Médio completo	Casada	6 anos	6	Esposa/marido/filhos/netos
<i>Morador 16</i>	Feminino	37	Fundamental incompleto	Casada	6 meses	3	Esposa/marido/filho
<i>Morador 17</i>	Feminino	42	Superior	Casada	3 anos	5	Esposa/marido/filhos/netos
<i>Morador 18</i>	Masculino	31	Médio completo	Casado	8 anos	4	Marido/esposa/filhos

Fonte: Formulário de entrevista, pesquisa de campo (2022).

Leone *et al.* (2010) asseveram que as famílias consideradas pobres apresentam tamanho médio superior ao de famílias com melhores condições financeiras. Conforme a Tabela 1, observou-se o número médio de 5 membros por família. Referente à composição

familiar, observaram-se arranjos familiares constituídos especialmente por casais com filhos e mães com filhos, que, conforme os autores, são os dois arranjos familiares com maior incidência em famílias de baixa renda.

Dos 18 entrevistados, participaram da pesquisa 14 mulheres e 4 homens. A faixa etária esteve entre 25 e 60 anos, representando uma diversidade de experiências e vivências possibilitando perspectivas abrangentes e distintas. É fundamental evidenciar que as mulheres foram predominantemente entrevistadas em razão de diversos fatores, dentre eles o fato de a entrevistadora ser mulher, criando uma relação de identidade com o mesmo gênero.

Outro aspecto relevante é o fato da recusa de participação por parte de moradores, pois confundiam os reais objetivos da produção do conhecimento científico com “questões políticas”, isto é, acreditavam que a pesquisa poderia estar ligada ao sistema político local e que poderia comprometer suas vidas e de suas famílias se algum comentário que fizessem desagradasse ao poder político.

Quanto à escolaridade, 1 morador não é alfabetizado, 2 possuem nível superior, e a maior incidência são daqueles que possuem nível médio completo somando 9 moradores. Considerando uma família de baixa renda, a opção para cursar o ensino superior depende da sua condição socioeconômica, pois a saída de um membro para cursar o ensino superior pode significar menos um na composição da renda, esse argumento utilizado pelos autores Simões e Amaral (2018) justifica o número expressivo de moradores que apenas concluíram o ensino médio mas não prosseguiram nos estudos.

Quando perguntados sobre os filhos em idade escolar, apenas 3 dos entrevistados não possuíam filhos nessa faixa de idade. Dos que estão em idade escolar, 11 frequentam a escola em rede pública municipal e 2 em rede pública estadual, outros 2 não estão matriculados pela falta de vaga. O IBGE (2010) expõe que a taxa de analfabetismo é maior em áreas irregulares comparado ao de áreas regulares.

Quanto à religião, 15 dos 18 entrevistados são adeptos da religião evangélica, sendo o restante católicos. Dos evangélicos, a maioria congregam em uma mesma instituição religiosa e apresentam laços sociais estreitados. Essa mesma instituição possui significativa relevância como espaço de encontro e articulação do bairro com os moradores. Foi constatado ainda que as instituições religiosas dispõem de movimentos que atuam na intervenção na realidade da população, fomentando ações de cunho assistencialistas.

Em consulta às Secretarias Municipais de Gestão Social (SEMGES) e de Saúde (SMSA), por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Nova Cidade e da

Unidade Básica de Saúde (UBS) Rubeldimar Maia, respectivamente, não conseguimos alcançar o perfil e o número aproximado de moradores do Nova Vida. A inexistência de registro apresenta duas vertentes: a primeira que se refere ao fato de ser uma invasão e os moradores não são acompanhados pelos órgãos oficiais, e a segunda pelo fato de o registro das famílias acompanhadas serem inseridos na contagem do bairro São Bento, como se fizesse parte deste.

Todavia, obteve-se a estimativa de 585 unidades habitacionais pela contagem do Conselho das Cidades, o secretário-executivo ressaltou que esse dado não reflete o número exato de famílias que ali residem, pois essas unidades habitacionais já foram desmembradas ou reconfiguradas, podendo ser encontrada em uma unidade habitacional mais de um núcleo familiar residindo junto.

2.4 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Os aspectos do trabalho e da renda foram apreendidos pelo tipo de vínculo empregatício do morador, bem como se a renda familiar é menor, igual ou superior a um salário-mínimo (S.M.). Os dados podem ser observados na tabela a seguir:

Identificação	Principal fonte de renda	Renda Familiar	Benefícios Sociais
<i>Morador 1</i>	Autônoma	= S.M.	Nenhum
<i>Morador 2</i>	Autônomo	= S.M.	Nenhum
<i>Morador 3</i>	Não trabalha	= S.M.	Nenhum
<i>Morador 4</i>	Autônomo	= S.M.	Nenhum
<i>Morador 5</i>	Não trabalha	= S.M.	Nenhum
<i>Morador 6</i>	Autônomo	= S.M.	Nenhum
<i>Morador 7</i>	Não trabalha	> S.M.	Nenhum
<i>Morador 8</i>	Doméstica sem carteira assinada	< S.M.	Nenhum
<i>Morador 9</i>	Não trabalha	< S.M.	Nenhum
<i>Morador 10</i>	Não trabalha	< S.M.	Sim
<i>Morador 11</i>	Doméstica sem carteira assinada	< S.M.	Sim
<i>Morador 12</i>	Autônoma	< S.M.	Sim
<i>Morador 13</i>	Doméstica sem carteira assinada	= S.M.	Nenhum
<i>Morador 14</i>	Autônoma	> S.M.	Nenhum
<i>Morador 15</i>	Não trabalha	> S.M.	Nenhum
<i>Morador 16</i>	Autônoma	> S.M.	Nenhum
<i>Morador 17</i>	Professora concursada	> S.M.	Nenhum
<i>Morador 18</i>	Barbeiro de carteira assinada	= S.M.	Nenhum

Fonte: Formulário de entrevista, pesquisa de campo (2022). S.M. = salário-mínimo.

Quanto ao trabalho, 4 dos 18 entrevistados possuem emprego com vínculo informal, outros 7 entrevistados são autônomos ou microempreendedores individuais, apenas 1 possui vínculo estável por meio de concurso público e 6 não apresentam qualquer vínculo

empregatício.

Quanto à renda, 5 dos 18 entrevistados possuem renda inferior a um salário-mínimo, 9 entrevistados possuem renda igual a salário-mínimo e os que possuem renda maior que um salário somam 4 moradores. Fernandes (2011) assevera que no Brasil uma família de baixa renda é aquela que vive com menos de três salários-mínimos.

Quanto aos benefícios, apenas 3 dos 18 moradores recebem benefício social de transferência de renda, o Auxílio Brasil. Os programas de transferência de renda são destinados a famílias pobres e constitui a transferência monetária, sem contribuição prévia do beneficiário (SILVA, 2007).

O número de moradores que recebem benefícios sociais é ínfimo considerando o número de entrevistados, bem como para o número de moradores. O CRAS Nova Cidade apresentou dado em que apenas 611 famílias estavam referenciadas, ou seja, elegíveis ao atendimento ofertado, em janeiro/2022 no bairro São Bento e nenhuma no assentamento. Mesmo que eles considerem os moradores do Nova Vida como moradores do bairro São Bento, as famílias referenciadas correspondem apenas a 24% do total dessa população.

Essa situação revela ainda mais aspectos de desigualdade social e evidencia para uma realidade de seletividade e burocratização na concessão de benefícios e serviços.

2.5 INFRAESTRUTURA

Quanto à infraestrutura básica, a distribuição de energia atualmente é realizada pela Roraima Energia, única empresa de distribuição de energia do estado de Roraima. A implantação desse serviço ocorreu em razão de a própria concessionária ter realizado um estudo de perda de energia, que mapeou as ligações clandestinas e estimou a perda monetária de mais de 1 milhão ao ano.

A energia elétrica é um bem essencial à sociedade e para usufruir desse serviço antes de sua implementação formal, os moradores do Nova Vida fizeram suas instalações de forma clandestina. Diferente do que aponta Jaramillo (2008) de que para a instalação dos serviços mais complexos, como água e luz, precede a contratação de mão de obra especializada, no Nova Vida os próprios moradores as fizeram (Figura 11).

Figura 11: A) Ligações clandestinas em residências; B) Iluminação pública improvisada.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2021).

A Roraima Energia detectou em 2021, 437 ligações clandestinas ligadas a transformadores no bairro São Bento. Com autorização da prefeitura de Boa Vista, a empresa iniciou o projeto de construção da rede elétrica em janeiro de 2022 com as seguintes características:

5.2.1 Rede Elétrica

A rede elétrica será construída seguindo as normas da concessionária e ABNT:

- a) Rede de Média Tensão (13,8/7,96 kV) será de aproximadamente 933 metros de rede trifásica com cabo compacto protegido XLPE de 35 mm², disposta sobre postes de concreto duplo “T” com 11 metros de altura;
- b) Rede de Baixa Tensão (220/127V) será de aproximadamente 1481 metros com cabo quadruplex XLPE 120mm², e mais 3600 metros com cabo quadruplex XLPE 70mm²;
- c) Postes de concreto – Toda rede elétrica está disposta por 158 postes.

5.2.2 Postos de Transformação

Os postos serão trifásicos com tensão primária de 13,8 kV e tensão secundária de 220/127V totalizando 3 transformadores (RORAIMA ENERGIA, 2021).

A Roraima Energia produziu um Relatório Ambiental Simplificado (RAS) contendo o diagnóstico ambiental da área, aspectos socioeconômicos gerais da população de Boa Vista e de impactos ambientais. Quanto aos aspectos socioeconômicos, destaca-se que não foi realizado um estudo detalhado dos impactos que os valores das contas de energia causariam aos moradores.

Dos 18 entrevistados, 11 relataram que estão encontrando dificuldades em manter o pagamento em dia dos seus “*talões*”, que precisam escolher entre pagar a energia ou colocar comida na mesa. Notou-se no discurso dos moradores a cobrança de R\$ 70,00 (setenta reais) referente ao valor do poste e fiação, esse valor representa 48% do valor cobrado na conta de energia, que em média é de 150 a 200 reais por unidade habitacional.

Figura 12: A) Poste residencial e; B) Poste em rua pública, ambos instalados pela Roraima Energia.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2022).

O abastecimento de água encontra-se sob responsabilidade da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER) por meio de um poço artesiano que dispõem de 5.970,95 metros de rede de distribuição de água encanada e tratada (CAER, 2022). Segundo a Declaração Universal dos Direitos da Água, “o direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano” (ONU, 1992). Na pesquisa de campo os moradores foram indagados a respeito da origem da água utilizada e 13 disseram que tem recebido a água para consumo do poço artesiano feito pelo Governo do Estado.

No que tange à pavimentação, o Nova Vida não dispõe de ruas asfaltadas, guias ou calçadas, em abril de 2022 a prefeitura iniciou uma obra de compactação do solo com a promessa da pavimentação. Até o presente momento as obras não foram continuadas e com o inverno que ocorreu de abril a setembro o trabalho que já havia sido feito foi perdido (Figura 13). Esses elementos urbanos não podem ser reduzidos apenas a funcionalidade para circulação de veículos e pedestres, as ruas e calçadas devem ser consideradas em seus múltiplos usos como um local de relações entre os usuários (JACOBS, 2000).

Figura 13: A) Rua Sobral no início do trabalho para pavimentação no verão; B) Rua Sobral após o inverno.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2022).

No que diz respeito ao deslocamento dos moradores, pelo fato de as ruas não serem asfaltadas, o acesso é difícil, mesmo para carros convencionais. O transporte público percorre apenas as avenidas principais do bairro São Bento ou pela BR 174. Os moradores precisam andar 1 km ou mais para usufruir do transporte público ou até mesmo de transporte alternativo como mototáxi e Uber, pois os motoristas recusam-se a entrar no assentamento. O transporte público é um serviço fundamental e se considera uma condição do capital, pois, para concretizar suas relações econômicas e sociais necessita deslocar-se de um ponto a outro (BERTUCCI, 2011).

A área apresenta apenas um Código de Endereçamento Postal (CEP) e por isso não apresenta serviço de carteiros, trazendo prejuízo aos moradores quando precisam requisitar encomendas ou receber correspondências. Maricato (2003) revela que o endereço oficial é um dos aspectos fundamentais para a qualidade de vida e satisfação pessoal.

A oferta à população de serviços como saúde, educação, lazer, segurança, dentre outros, facilitam as condições de existência e proporciona a alegria de viver. Nos aspectos sociais, o Nova Vida não dispõe de escola, Unidade Básica de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social e nem posto policial. Referente a cultura e lazer, as principais atividades estão expressas pelos cultos religiosos e mesmo contando com uma praça de lazer no bairro São Bento, os moradores não fazem uso pela incidência de violência no local. No que tange ao comércio, são vistos ao longo do assentamento pequenas mercearias e bares, empreendimentos de venda de alimentos e serviços como costura e conserto de eletrodomésticos.

2.6 SANEAMENTO

Quanto aos itens relativos ao saneamento básico, o primeiro elemento a ser tratado será o manejo de resíduos sólidos, o lixo. Nenhum dos entrevistados tem seu lixo recolhido diretamente pelo serviço público. O caminhão de coleta de lixo passa apenas na Avenida Brigadeiro do bairro São Bento, às segundas, quartas e sextas-feiras pela manhã.

O motivo pelo qual o caminhão de coleta de lixo não adentra as ruas do assentamento é que elas são de barro e de difícil acesso, como apresentado anteriormente. Acselrad (2001) conceitua essa exclusão como segmentação socioterritorial e refere-se ao acesso de serviços públicos apenas àqueles que habitam em ruas de fácil circulação e o não atendimento daqueles que habitam em ruas intrafegáveis.

Dos entrevistados, 13 afirmaram que aguardam os dias da semana para levar o seu lixo até a avenida Brigadeiro, os outros 5 afirmaram transportar para fora do assentamento, geralmente descartando em “caçambas” que ficam no bairro Centenário.

Esses moradores que levam seus resíduos para a Avenida Brigadeiro, mesmo realizando o descarte nos dias em que o caminhão da coleta passa, acabam por descartar diretamente na rua ou no meio-fio da avenida. Silva *et al.* (2013) reforçam que a forma de descarte realizada pelos moradores é reflexo da falta de infraestrutura e de saneamento na área, fato esse que colabora para a degradação ambiental e causa transtornos à qualidade de vida dos moradores.

Figura 14 – A) Galhadas dispostas na Avenida Brigadeiro; B) Lixo descartado na calçada; C) Resíduos de construção civil sendo despejados próximo às residências; D) Descarte à margem da Área de Preservação Permanente do Igarapé Grande.





Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2021).

Foram observadas ainda em campo ações de despejo de resíduos oriundos da construção civil e descarte de resíduos domiciliares ao relento principalmente próximo a Área de Preservação Permanente do Igarapé Grande. Quando indagados os moradores relataram não saber a origem dos resíduos de construção civil, mas que os lixos que são jogados na rua são produzidos e descartados pelos moradores estrangeiros.

Visualmente o aspecto físico do Assentamento ainda apresenta características de um aterro sanitário, pois contém muitos fragmentos de resíduos nas camadas aparentes do solo. Enquanto o governo realizava as obras para a instalação da rede de abastecimento de água, foi possível observar a escavação de ruas e a remoção de inúmeros resíduos, que eram deixados à margem das ruas (Figura 15).

Figura 15 – A) Resíduos retirados nas escavações; B) Camada aparente de lixo no quintal de uma moradia.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2022).

A Roraima Energia (2021) realizou análise laboratorial dos aspectos físico-químico-biológicos de resíduos com base na Norma Brasileira NBR 10.004/04, analisando 4 amostras

de solos coletadas de profundidade de aproximadamente 1 metro e 30 centímetros. Os resultados obtidos das análises indicaram que os resíduos são considerados como “Classe II A – Resíduo não Inerte, ou seja, aqueles que possuem propriedades como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água, que não se apresentam como inflamáveis, corrosivos, tóxicos ou patogênicos”. Porém, a própria empresa ressaltou que não pode concluir que esses resíduos não trazem perigos aos seres humanos ou ao ambiente, pois apontam para a existência de metais pesados.

O segundo item do saneamento básico a ser apresentado é o esgotamento sanitário. Quanto à utilização de rede de esgoto, 15 moradores relataram usar fossa séptica, 3 entrevistados relataram utilizar um encanamento que não sabem para onde vão os dejetos e apenas 1 morador disse fazer o despejo dos resíduos ao ar livre. Chama atenção nesse contexto o fato de a Estação de Tratamento de Esgoto da CAER, a lagoa de estabilização ou “fossão”, como alguns moradores a chamam, encontrar-se ao lado do assentamento mas não o assistir em relação à coleta de esgoto.

In loco, observou-se que a Lagoa de Estabilização projeta um odor desagradável ao seu entorno, não sendo exclusividade do Assentamento, pois ao avançar pelas adjacências do muro é possível senti-lo nos bairros São Bento e Araceli. Os efluentes que são despejados no Igarapé Grande também apresentam um odor indesejável, porém esse ponto é observado com maior intensidade no verão, quando o Igarapé se encontra mais seco e com o volume de água corrente baixo. Dos entrevistados 13 relataram que odor não interfere na sua vida e apenas 5 relataram que o odor da lagoa interfere na qualidade de vida dos moradores, principalmente na saúde.

A drenagem de águas pluviais é inexistente no assentamento, fazendo com que algumas ruas fiquem intrafegáveis no inverno (Figura 16).

Figura 16 — A) Água empoçada em vias de acesso; B) Ruas intrafegáveis no inverno.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo (2022).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico dos seres humanos que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social — ou seja, é um conjunto de ações sobre o ambiente que visam a salubridade ambiental na prevenção e controle de doenças, promoção de saúde e qualidade de vida.

Os dados acerca do saneamento básico demonstram a precariedade em que estão vivendo os moradores do Nova Vida. Observa-se o descumprimento do direito à cidade e moradia digna.

2.7 MORADIA

Quanto às condições de moradia, foi identificado que 16 dos 18 entrevistados moram em casas de alvenaria e apenas 02 residem em casas de madeira. Da composição estrutural das moradias, 11 apresentam de um a dois quartos e 07 possuem três ou mais quartos. Todas as moradias apresentam pelo menos um banheiro e apenas uma delas apresenta banheiro instalado em área externa à residência.

Tabela 3 — Tipos de Moradia.

Identificação	Tipo de Moradia	Formato	Composição
<i>Morador 1</i>	Própria	Alvenaria	3 quartos/sala/cozinha/ 2 banheiros/varanda
<i>Morador 2</i>	Própria	Alvenaria	3 quartos/sala/cozinha/ 2 banheiros/varanda
<i>Morador 3</i>	Própria	Alvenaria	3 quartos/sala/cozinha/ banheiro
<i>Morador 4</i>	Própria	Alvenaria	3 quartos/sala/cozinha/ banheiro
<i>Morador 5</i>	Própria	Alvenaria	2 quartos/sala/cozinha/2 banheiros
<i>Morador 6</i>	Própria	Alvenaria	2 quartos/sala/cozinha/ 2 banheiros/garagem
<i>Morador 7</i>	Própria	Alvenaria	2 quartos/sala/cozinha/1 banheiro
<i>Morador 8</i>	Cedida	Alvenaria	2 quartos/sala/cozinha/banheiro
<i>Morador 9</i>	Própria	Alvenaria	1 quarto/sala e cozinha conjugados/ 1 banheiro externo
<i>Morador 10</i>	Própria	Madeira	3 quartos/cozinha/banheiro
<i>Morador 11</i>	Própria	Madeira	2 quartos/sala e cozinha conjugados
<i>Morador 12</i>	Própria	Madeira	1 cômodo/1 banheiro externo
<i>Morador 13</i>	Própria	Alvenaria	4 quartos/sala/cozinha/3 banheiros
<i>Morador 14</i>	Própria	Alvenaria	1 quarto/sala e cozinha conjugados
<i>Morador 15</i>	Própria	Alvenaria	2 quartos/sala/cozinha/ banheiro/varanda
<i>Morador 16</i>	Própria	Alvenaria	2 cômodos
<i>Morador 17</i>	Própria	Alvenaria	3 quartos/sala/cozinha/ 2 banheiros/varanda
<i>Morador 18</i>	Própria	Alvenaria	2 quartos/cozinha/banheiro

Fonte: Formulário de entrevista, pesquisa de campo (2022).

O direito à moradia é considerado um direito social integrante de um conjunto de direitos, nele não se considera apenas ter uma casa, mas constitui-se por um espaço com condições habitacionais e de saneamento que garantam a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988). O Ministério da Cidades vai além e define que a moradia para atender sua função social precisa ser digna:

Moradia digna é aquela localizada em terra urbanizada, com situação de propriedade regular, provida de redes de infraestrutura (transporte coletivo, água, esgoto, luz, coleta de lixo, telefone, pavimentação, dentre outros), servida por equipamentos sociais como: escolas, postos de saúde, praças, apoio na segurança pública, etc., que apresente instalações sanitárias adequadas, condições mínimas de conforto e habitabilidade; utilização por uma única família (a menos de outra opção voluntária), dispondo de pelo menos um dormitório para cada dois moradores adultos e por fim, que possibilite a vida com qualidade e o acesso à cidade (BRASIL, 2010)

Assim, pode-se compreender que o direito à moradia não se reduz a um objeto físico, mas corresponde ao lugar de relações frequentado por pessoas. O ato de morar faz parte da natureza humana e a sua necessidade está relacionada com o início de uma nova família. O direito à moradia detém aspectos políticos, sociais, econômicos, urbanos e ambientais. E torna-se um problema à medida que o acesso as terras urbanas são distribuídas desigualmente, acentuando aspectos de vulnerabilidade socioambiental (ENGELS, 1979).

As políticas habitacionais devem ser formuladas partindo do pressuposto da relação e inter-relação do direito à moradia com o direito à cidade. À medida que o direito à moradia é efetivado um conjunto de direitos sociais relacionam-se a ele, assim, as políticas públicas devem ser voltadas para educação, saúde e ambiente, considerando frutos do processo de crescimento acelerado da cidade, esses problemas convergem para um ambiente vulnerável (COSTA *et al.*, 2020).

2.8 SAÚDE

A saúde é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal (1988), considera-se um “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. A saúde pode ser compreendida como aspectos interligados a elementos de vida da população, que se relacionam principalmente a alimentação apropriada, habitações dignas, garantia de infraestrutura e ambiente saudável (COSTA *et al.*, 2020).

Saúde pode ser compreendida como o produto de fatores elementares de vida da

população, como alimentação apropriada à cada faixa etária, habitabilidades condizentes com a realidade local, garantia de uma infraestrutura básica, acesso a boas condições de trabalho e à educação, ambientes físicos salubres, apoio social para famílias e indivíduos (COHEN, 2004).

A ocupação urbana informal e desordenada alinhada à falta de oferta de serviços públicos como saneamento, falha no abastecimento de água e esgotamento sanitário e falta de infraestrutura estão intrinsecamente relacionados ao adoecimento da população e configuram sérios problemas à saúde pública (VITOR *et al.*, 2021).

O Nova Vida não é atendido por uma rede própria de atenção à saúde. Quando os moradores adoecem ou necessitam de atendimento buscam a Unidade Básica de Saúde do bairro São Bento — UBS Rubeldimar Maia de Azevedo Cruz. Essa unidade de saúde foi inaugurada recentemente e seus dados remontam ao ano de 2018 (Tabela 5).

Tabela 4 — Notificação Individual UBS Rubeldimar Maia.

Identificação	Nº de casos 2018	Nº de casos 2019	Nº de casos 2020	Nº de casos 2021	Nº de casos 2022	Total
Dengue	7	1	2	1	1	12
Leishmaniose	4	3	3	5	2	17
Sífilis em Gestante	1	3	8	10	1	23
Sífilis não especificada	3	9	3	8	4	27
AIDS	2	1	5	4	1	13
Doenças Exantemáticas	3	6	0	1	1	11
Hepatites Virais	3	4	0	1	0	8
Tuberculose	2	3	5	4	0	14
Varicela	6	7	1	1	0	15
Outros	1	3	6	6	9	25

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (SESAU, 2022).

Destaca-se novamente que os dados apresentados por esse órgão público não refletem as notificações de casos dentro do Nova Vida.

Sabendo que existe uma relação direta entre doenças de veiculação hídrica e saneamento, os dados apresentados pela Secretaria de Estado de Saúde (2022) não condizem com o cenário atual do Nova Vida. Vitor *et al.* (2021) afirmam que a dengue, por exemplo, tem como determinante variáveis socioeconômicas, ambientais e sanitárias e sua incidência relaciona-se com a oferta de saneamento.

Os problemas de saúde relacionam-se aos problemas ambientais, pois os processos que comprometem a ambiente sadio associam-se aos efeitos negativos que se revertem para os moradores. Um ambiente propício à saúde precisa ter relação entre vários aspectos, dentre

eles a conservação ambiental (COSTA *et al.*, 2020).

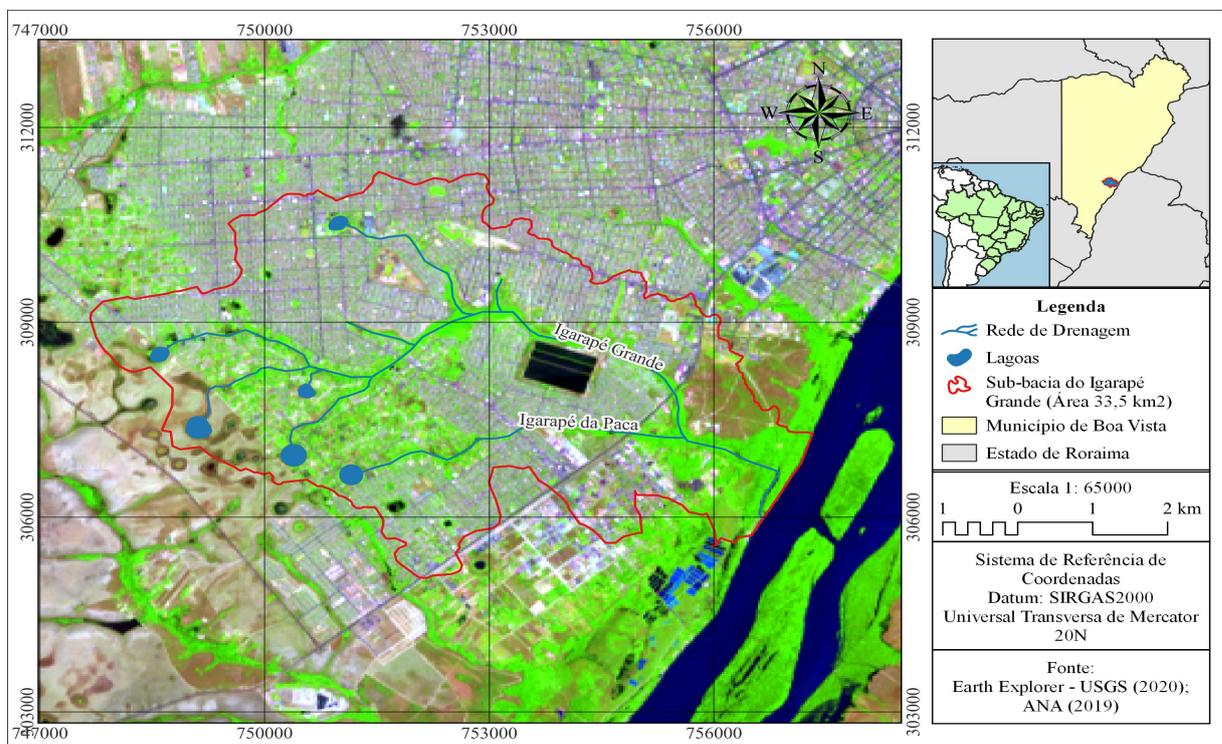
2.9 AMBIENTE

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 225 que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Populações são consideradas vulneráveis se expostas a riscos ambientais. O ambiente produzido no Nova Vida traz consigo implicações como a poluição e degradação do ambiente, que afetam a qualidade de vida da população. A degradação ambiental está presente no fenômeno da urbanização, e a ocupação de áreas verdes urbanas produz diferentes problemas ambientais, como a degradação da cobertura vegetal, a perda de biodiversidade, a contaminação de corpos d'água, a poluição do ar, a impermeabilização do solo, a transmissão de doenças de veiculação hídrica, entre outros (SOUSA E SILVA; TRAVASSOS, 2008).

A área que o Nova Vida está instalado compete à Sub-bacia do Igarapé Grande, na Figura 8 podemos visualizar sua delimitação:

Figura 17: Localização da Sub-bacia do Igarapé Grande.



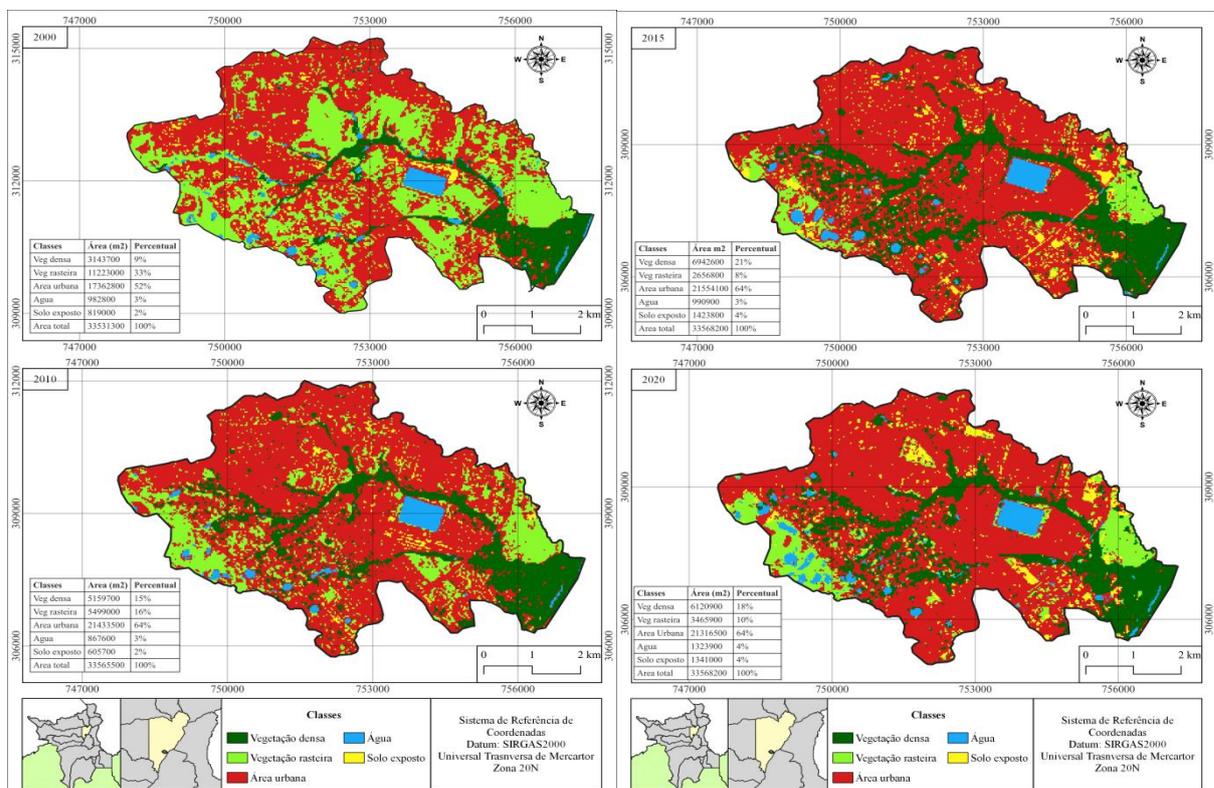
Fonte: USGS (2020).

Famílias se instalaram ao entorno do Igarapé Grande não respeitando a legislação vigente referente às Áreas de Preservação Permanente (APP). As Áreas de Preservação Permanente são espaços naturais que possuem a finalidade de reduzir os impactos ocasionados pelas ações naturais e humanas ao ambiente (CARVALHO NETO, 2020).

O novo Código Florestal Brasileiro articulado a esse conceito reconhece a APP como “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012).

As APPs possuem a finalidade de proteger o ambiente natural a partir da preservação das margens de rios e nascentes, a fim de evitar a erosão de terras, assegurar condições de salubridade pública e proteger a fauna e a flora natural (OLIVEIRA; FRANCISCO, 2018). Porém mesmo que essas áreas sejam legalmente protegidas elas sofrem com a interferência humana, principalmente no que concerne a práticas de ocupação irregular em decorrência de acelerado processo de urbanização, a falta de organização espacial do território e ainda a ineficiência de políticas públicas (MELO *et al.*, 2020).

Figura 18: Ocupação do solo na sub-bacia do Igarapé Grande.



Fonte: SIRGAS (2000).

Observa-se ao longo dos anos o intenso movimento de urbanização que correspondia a 52% no ano de 2000 e 64% em 2020. A vegetação rasteira correspondia a 33% em 2000 e apenas 10% em 2020. Esse movimento é acentuado na área que compete ao Nova Vida conforme Figura 18.

Além disso, observou-se também o lançamento de resíduos sólidos e dos dejetos da lagoa de estabilização no Igarapé Grande, acarretando grande degradação desse curso de água. Para a melhor compreensão do grau de degradação desse recurso natural, seria necessário o dispêndio de mais tempo para análise de amostra da água, em períodos diferentes, não tendo tempo hábil nessa pesquisa.

Silva *et al.* (2013) afirmam que o processo de transformação na paisagem natural com a retirada de áreas verdes e com a degradação das águas, retira do ambiente o lazer dos moradores e para aqueles que ainda frequentam essas áreas apresentam um grande risco de contaminação. Nenhum dos moradores entrevistados relatou utilizar o Igarapé Grande como forma de lazer.

Por fim, destaca-se a falta de sensibilidade dos moradores aos aspectos ambientais, apenas 2 dos 18 moradores entrevistados relataram ter uma relação de cuidado com o Igarapé Grande e outros recursos naturais.

CONCLUSÃO

O presente artigo desvelou como se deu o processo de institucionalização do Assentamento Nova Vida a partir da ocupação de uma área que dispõe o antigo aterro sanitário de Boa Vista. Organizações integraram esse processo e de forma complexa determinaram as relações e interações dentro desse sistema. A dinâmica empreendida para sua constituição ocorreu similarmente à ocupação de outros assentamentos informais e a busca pelo direito à moradia impulsionou movimentos de autoconstrução de habitações e estabelecimento de autosserviços, criando uma rede de solidariedade.

A fim de garantir a institucionalização do Assentamento e assegurar a prestação de serviços públicos essenciais, foi enquadrado nos parâmetros da Regularização Fundiária Urbana, e foi reconhecido como Área Especial de Interesse Social Nova Vida em 2018. Esse reconhecimento concederia avanços à área principalmente no oferecimento e implementação de políticas públicas sociais, urbanísticas e ambientais. Porém o que se observa é uma área permeada de desigualdades e vulnerabilidade socioambiental. Os moradores são submetidos a

situações degradantes, principalmente pela ausência de serviços públicos essenciais de saneamento e infraestrutura e pela insegurança sobre a posse do terreno.

Observou-se que o processo de ocupação da área somado à ausência de um planejamento urbano e oferta de serviços públicos promoveu um quadro de vulnerabilidade socioambiental aos moradores, visto que, mesmo sendo considerada uma Área Especial de Interesse Social, a dignidade da pessoa humana tem-se violado. Isso porque os moradores estão vivendo em cima do lixo, sem a oferta de serviços básicos como água, coleta de esgoto e águas pluviais, asfalto, pavimentação, saúde, educação, cultura e lazer.

O perfil socioeconômico dos moradores corresponde em sua maioria aos baixos níveis dos indicadores sociais — renda, educação, saúde e moradia — e a má qualidade de vida em razão da degradação do ambiente em que estão inseridos. Observou-se um quadro de degradação ambiental ao recurso hídrico Igarapé Grande, que é um dos principais afluentes do Rio Branco, ambos vitais para a manutenção da vida (humana ou animal).

Portanto, os resultados apresentados neste artigo nos levaram a compreender que os moradores do Assentamento Nova Vida realmente ocuparam de forma irregular uma área que apresenta risco à saúde e a integridade física e que desvela aspectos de vulnerabilidades, porém fica evidente neste contexto o fato desses moradores apenas desejarem ter um lugar para morar, sendo garantidos os mínimos sociais. Nesse contexto, do ponto de vista ambiental e socioeconômico, é necessário empenho por parte do governo local na implementação de políticas públicas que visem garantir o bem-estar e melhor qualidade de vida dos moradores do Nova Vida.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Sentidos da sustentabilidade urbana**. In: ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BAUER, M. A. L. Organização Social: Ressignificando o Fenômeno para além da Teoria Organizacional Organização Dominante. In: IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2016, Porto Alegre: **CBE0**, 2016, p. 1-17.

BERTUCCI, J. Os benefícios do transporte coletivo. **Boletim regional, urbano e ambiental** – IPEA, 2011.

BOA VISTA. Lei nº 962, de 29 de novembro de 2006. **Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano no município de Boa Vista e dá outras providências**. Boa Vista, RR, 26 nov. 2006. Disponível em: <http://sapl.boavista.rr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2006/2107/lei_no_926_de_29_

de_novembro_de_2006.pdf>. Acesso em: 06 novembro 2022.

BOA VISTA. Roraima Energia. Relatório Ambiental Simplificado – RAS. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 novembro 2022.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa...** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 mai. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 06 novembro 2022.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005. **Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.** Brasília, DF: CONAMA, 2005. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2005/res_conama_357_2005_classificacao_corpos_agua_rtfcd_altrd_res_393_2007_397_2008_410_2009_430_2011.pdf>. Acesso em: 06 novembro 2022.

BRASIL. Ministério das Cidades Lei Nº 11.952, de 25 de junho de 2009. **Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal...** Brasília, DF: Senado Federal, 2009. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11952.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11952.htm)>. Acesso em: 06 novembro 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Habitação. **Urbanização de Favelas: a experiência do PAC.** Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. **Declaração Universal dos Direitos da Água.** Porto Seguro: MMA/SRH, 2000.

CARVALHO NETO, L. M. de. Uso e Ocupação do solo da Área de preservação permanente (APP) da microbacia do Córrego Barreiro, Uberaba (Minas Gerais). **Revista Brasileira de Sensoriamento Remoto**, v. 1, n. 2, p. 29-41. 2020.

COHEN, S. C. Habitação saudável como caminho para a promoção da saúde. 2004. 167 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2004.

COSTA, T. de A. et al. O Mata Fome está morrendo, a comunidade também: reflexos da urbanização na saúde em uma periferia de Belém. **Novos Cadernos NAEA**, v. 23, n. 3, p. 179-199. set-dez 2020.

ENGELS, F. **Dialética da natureza**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FARIAS, M. V. de A. et al. Degradação do corpo hídrico no urbano em Boa Vista– RR. **TEXTOS&DEBATES**, (18), p. 129-138. 2010.

FERNANDES, E. Regularização de Assentamentos Informais na América Latina. Massachusetts: Lincoln Institute of Land Policy, 2011.

IANNI, O. A Questão Social. Questão Social. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: **Fundação SEADE**, v. 5, n. 1, p.1-10, jan./mar. 1991

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Brasileiro de 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 novembro 2022.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEONE, E. T. et al. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**: Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 59-77, abr. 2010.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados 48: 151-167. 2003.

MELO, S. G. et al. Qualidade da água de córregos sob influência da ocupação antrópica: o caso das águas urbanas e periurbanas de Santarém-PA. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.7, p.569-576. 2020.

MORAIS, R. P. **Assentamento informal “Nova Vida”: Uma marca impressa na paisagem urbana de Boa Vista – Roraima**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2017.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. (5a ed.). São Paulo: Editora Cortez, 2015.

OLIVEIRA, T. G. de; FRANCISCO, C. N. Mapeamento das Áreas de Preservação Permanente e as Mudanças no Código Florestal. **Caderno de Geografia**: Minas Gerais, v. 28, n. 53. 2018.

OMS. **Diretrizes sobre Saneamento e Saúde**. Organização Mundial de Saúde, 2018.

ROGGERO, M. A. et al. Vulnerabilidade socioambiental, análise de situação de saúde e indicadores: implicações na qualidade de vida no município de São Paulo. **Confins: Revista Franco-brasileira de geografia**, 36. 2018.

SANTOS. C. R. C. dos. Assentamentos informais latino-americanos: considerações sobre o melhoramento de bairros e as habitações sociais. **Revista economia política do desenvolvimento**, Maceió- AL. v. 5, n. 7, p. 1-21., jul. 2018.

SILVA, M. O. da. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n.6. 2007.

SIMÕES, C. F.; AMARAL, S. C. de S. A relação entre a escolaridade e a pobreza: uma análise das políticas para democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**: Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 21-43, abr/jun. 2018.

SOUSA E SILVA, L.; TRAVASSOS, L. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. **Cadernos metrópole**: São Paulo, n. 19, p. 27-47, sem. 2008.

ONU. **Declaração Universal dos direitos da água**. Organização das Nações Unidas, 1992.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VITOR, G. A. et al. Saúde e saneamento no Brasil: uma revisão narrativa sobre a associação das condições de saneamento básico com as doenças de veiculação hídrica. **Research, Society and Development**, v. 10, n.15. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5a ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

3.1 NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ANÁLISE DE MANUSCRITOS NA REVISTA NOVOS CADERNOS NAEA

Diretrizes para Autores

Condições para Submissão:

Os trabalhos submetidos para publicação devem ser originais e inéditos, não sendo permitida a submissão simultânea para outro periódico.

O conteúdo dos trabalhos é de inteira responsabilidade dos(as) autores(as), não refletindo obrigatoriamente a opinião do Conselho Editorial da Revista Novos Cadernos NAEA.

A submissão de trabalhos ao Conselho Editorial da Revista Novos Cadernos NAEA deve ser encaminhada ao editor científico, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico da revista: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/login>

A Revista aceita publicações em diversos formatos. Mais detalhes sobre as Políticas de Seção estão disponíveis em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/about/editorialPolicies#sectionPolicies>

Podem ser submetidos trabalhos nos seguintes idiomas: português, inglês, francês e espanhol. Os(as) autores(as) que tiverem seus trabalhos aprovados, em qualquer idioma, deverão arcar com as despesas de revisão do texto, o que não constitui taxa de publicação. Todos os textos deverão passar por revisão realizada por profissional qualificado, preferencialmente com experiência em revisão de artigos científicos. O trabalho revisado deve vir acompanhado de declaração do revisor.

Os direitos autorais são automaticamente cedidos para a Revista Novos Cadernos NAEA, que é disponibilizada na versão online, em acesso aberto (*open access*) e uso gratuito direcionado a fins educacionais, científicos e não comerciais.

O Processo de avaliação

O prazo do processo de avaliação tem duração média de doze meses, podendo ser necessário um tempo de espera maior, conforme o fluxo de submissões de textos à Revista. Os trabalhos são publicados no fascículo subsequente à data de aprovação, respeitando os critérios de tempo de editoração.

A revista adota o processo *Double-blind peer review* (Duplo-cego de avaliação por pares) com base nos critérios de qualidade, rigor científico, originalidade, validade dos dados e relevância para a respectiva área de pesquisa. No documento anexado em Word não devem constar o(s) nome(s) dos(as) autores(as). Caso isso ocorra, o texto será arquivado pelo sistema da Revista.

A Revista Novos Cadernos NAEA priorizará a publicação de artigos de autores(as) que ainda não tenham publicado na revista ou que não tenham publicado nela há pelo menos um (1) ano.

Mais detalhes sobre o Processo de Avaliação estão disponíveis em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/about/editorialPolicies#peerReviewProcess>.

Estrutura e formato dos trabalhos:

1. Os trabalhos devem ter até 20 páginas, no formato A4, margens superior e esquerda 3 cm, inferior e direita 2 cm, nas fontes Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5, incluindo-se figuras, tabelas e referências. O trabalho deverá, obrigatoriamente, estar em Word.
2. No caso de resenhas submetidas, o número de páginas deve variar entre 05 a 15 páginas, sendo obrigatório que o texto se refira à análise de livros publicados e seguindo o formato A4,

margens superior e esquerda 3 cm, inferior e direita 2 cm, nas fontes Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5, incluindo-se as referências. O trabalho deverá, obrigatoriamente, estar em Word.

3. O texto dos artigos submetidos deve conter os seguintes elementos: Título (com tradução), ver item 8; Resumo (com tradução), ver item 9; Palavras-chave (com tradução), ver item 10; Introdução; Desenvolvimento (seções e subseções); Conclusão; e Referências.

4. O texto das resenhas submetidas deve conter os seguintes elementos: Dados referenciados da obra; Título; Apresentação da obra (esclarecimentos sobre a obra e informações sobre o(a) autor(a); Considerações gerais da obra (ideia central da obra; objetivos; argumentação do(a) autor(a); hipóteses e/ou questões levantadas; linha de interpretação teórico-metodológica do(a) autor(a)); Conclusões (conclusões e/ou proposições do(a) autor(a) da obra); Avaliação da obra pelo(a) autor(a) da Resenha (relevância da obra para o entendimento do tema abordado, principais contribuições em relação à temática, sugestões e proposições); e Referências.

5. O nome de todos os(as) autores(as) do artigo deve ser inserido no sistema da Revista apenas no momento da submissão, e deverá conter: nome e sobrenome dos(as) autores(as), resumo do Currículo ou do CV Lattes com a mais recente titulação acadêmica; filiação institucional; cargo que ocupa; área de atuação e e-mail. Após a aprovação/aceite, não serão permitidas inclusões de autores(as) que não constem no ato da submissão.

6. Os trabalhos submetidos à Revista podem ter autoria de até 5 (cinco) autores(as). A coautoria implica na participação dos(as) autores(as) em todas as fases da elaboração do manuscrito.

7. Deve ser removida a identificação de autoria do trabalho no arquivo e qualquer outra informação no corpo do texto que possibilite tal identificação. Esse procedimento é fundamental para garantir o processo *Double-blind peer review* (Duplo-cego de avaliação por pares).

8. Título: deve ser direto e conciso, no idioma original do texto (máximo 17 palavras), acompanhado de tradução para o inglês. Caso o artigo seja redigido em inglês, francês ou espanhol deve apresentar também o título em português.

9. Resumo: deve ser redigido em parágrafo único, no idioma do texto (Inglês: Abstract; Francês: Résumé; Espanhol: Resumen), com 150 palavras, no máximo, contendo uma síntese que sinalize: objetivos, metodologia e resultados. Em se tratando de artigo escrito em inglês, francês ou espanhol é obrigatório o resumo e as palavras-chave em português.

10. Palavras-chave: de quatro (mínimo) a seis (máximo) palavras, que identifiquem o conteúdo do trabalho, no mesmo idioma do resumo (Inglês: Keywords; Francês: Mots-clés; Espanhol: Palabras clave).

11. Figuras (fotos, mapas, gráficos etc.): devem ser compatíveis ao formato da revista (não excedendo 15 x 21 cm). Para garantir a qualidade editorial das figuras, elas devem vir no corpo do texto, mas também devem ser enviadas em arquivos separados, em JPEG ou TIF, com resolução mínima de 300 dpi. Devem ser obrigatoriamente citadas no corpo do texto, seguindo a ordem sequencial de inserção, numeradas em números arábicos, com créditos de autoria e fontes nas respectivas legendas.

12. Tabelas: devem ser produzidas e inseridas no texto nos softwares Word ou Excel, obedecendo ao formato da revista (não exceder 12 x 20 cm). Devem ser obrigatoriamente citadas no texto, seguindo a numeração sequencial de inserção.

13. Citações bibliográficas: as referências devem ser obrigatoriamente citadas no corpo do texto: sobrenome do(a) autor(a) e ano (em maiúsculas quando estiverem entre parênteses).

14. Citações de texto: até três linhas, devem estar entre aspas, seguindo o formato do texto, com citação de autoria no final, entre parênteses. As citações longas (quatro linhas ou mais) devem ser em parágrafo separado, com recuo de 4 cm, entrelinha simples, corpo 10, com citação de autoria no final, entre parênteses.

15. Nota de rodapé (opcional): deve ser inserida em caso de comentários e informações complementares ao texto, seguindo a numeração sequencial, corpo 10.

16. Referências: A revista adota a Normalização de Referências Bibliográficas da ABNT (NBR 6023/2018). Todas as referências citadas no texto devem constar no tópico final, em ordem alfabética.

Exemplos:

Artigos em periódicos:

SOBRENOME, Prenome abreviado. Título: subtítulo (se houver). Nome do periódico, Local de publicação, volume, número ou fascículo, paginação, mês (abreviado). ano.

GORENDER, J. A sociedade cindida. Estudos Avançados, São Paulo, v. 28, n. 80, p.17-26, jan./abr. 2014.

Se a publicação estiver em meio eletrônico:

SOBRENOME, Prenome abreviado. Título: subtítulo (se houver). Nome do periódico, Local de publicação, volume, número ou fascículo, paginação, mês (abreviado). ano. Disponível em: inserir site. Acesso em: dia, mês abreviado. ano.

GORENDER, J. A sociedade cindida. Estudos Avançados, São Paulo, v. 28, n. 80, p.17-26, jan./abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100003. Acesso em: 01 out. 2019.

Capítulo de livro e coletânea:

SOBRENOME, Prenome abreviado do autor do capítulo. Título: subtítulo (se houver). In: SOBRENOME, Prenome abreviado do(s) autor(es)/organizador(es)/editor(es). Título do livro: subtítulo do livro (se houver). Local de publicação: Editora, ano. Paginação do capítulo.

LEIS, H. R. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. (ed.). Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Informação. Barueri: Manole, 2011. p. 106-122.

Livro no todo:

SOBRENOME, Prenome abreviado. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local: Editora, ano. Paginação/volume. (Coleção ou série, se houver)

SAID, E. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de RosauraEichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. 528p.

Monografias, dissertações e teses:

SOBRENOME, Prenome abreviado. Título: subtítulo (se houver). Ano de defesa. Total de folhas (opcional). Tese (Doutorado em...) ou Dissertação (Mestrado em...) – Unidade/Programa de Pós-graduação, instituição, local, ano.

COSTA, F. S. A dinâmica dos recursos comuns em Unidades de Conservação e Assentamentos Rurais no Amazonas: uma abordagem fuzzy. 2014. 365f. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

Documentos em meio eletrônico

SOBRENOME, Prenome(s) abreviado(s) ou INSTITUIÇÃO. Título: subtítulo (se houver). local de publicação, volume (se houver), ano. Disponível em: inserir site. Acesso em: dia, mês (abreviado), ano.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. As metrópoles no Censo 2010: novas tendências?

Disponível em: observatoriodasmetroles.net. Acesso em: 2 fev. 2011.

Artigo e/ou matéria de jornal

SOBRENOME, Prenome abreviado. título, subtítulo (se houver), título do jornal, subtítulo do jornal (se houver), local de publicação, numeração do ano e/ou volume, número (se houver), data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

OTTA, Lu Aiko. Parcela do tesouro nos empréstimos do BNDES cresce 566 % em oito anos. O Estado de S. Paulo, São Paulo, ano 131, n. 42656, 1 ago. 2010. Economia & Negócios, p. B1.

Se a matéria não apresentar o nome do autor:

Título (primeira palavra do título em caixa alta), subtítulo (se houver), título do jornal, subtítulo do jornal (se houver), local de publicação, numeração do ano e/ou volume, número (se houver), data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

CRÉDITO à agropecuária será de R\$ 156 bilhões até 2015. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 97, n. 156, p. A3, 20 maio 2014.

Se a matéria estiver em meio eletrônico, atentar aos exemplos anteriores e seguir:

VERÍSSIMO, L. F. Um gosto pela ironia. Zero Hora, Porto Alegre, ano 47, n. 16.414, p. 2, 12 ago. 2010. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&action=fip>. Acesso em: 12 ago. 2010.

Legislação

Inclui Constituição, Decreto, Decreto-Lei, Emenda Constitucional, Emenda à Lei Orgânica, Lei Complementar, Lei Delegada, Lei Ordinária, Lei Orgânica e Medida Provisória, entre outros.

São elementos essenciais: jurisdição, ou cabeçalho da entidade, em letras maiúsculas; epígrafe e ementa transcrita conforme publicada; dados da publicação. Quando necessário, acrescentam-se à referência os elementos complementares para melhor identificar o documento, como: retificações, alterações, revogações, projetos de origem, autoria do projeto, dados referentes ao controle de constitucionalidade, vigência, eficácia, consolidação ou atualização.

Em epígrafes e ementas demasiadamente longas, pode-se suprimir parte do texto, desde que não seja alterado o sentido. A supressão deve ser indicada por reticências, entre colchetes.

EXEMPLO 1

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. 4. ed. atual. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

EXEMPLO 2

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.

Se a legislação estiver em meio eletrônico:

EXEMPLO 1

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

EXEMPLO 2

CURITIBA. Lei nº 12.092, de 21 de dezembro de 2006. Estima a receita e fixa a despesa do município de Curitiba para o exercício financeiro de 2007. Curitiba: Câmara Municipal, [2007]. Disponível em: <http://domino.cmc.pr.gov.br/contlei.nsf/98454e416897038b052568fc004fc180/e5df879ac6353e7f032572800061df72>. Acesso em: 22 mar. 2007.

Publicação em anais de eventos científicos

SOBRENOME, Prenome abreviado, título do trabalho, seguidos da expressão In: NOME DO EVENTO, numeração do evento (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento, local, editora, data de publicação e páginas inicial e final da parte referenciada. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

Filmes, vídeos, entre outros em meio eletrônico

Os elementos essenciais são: título, diretor e/ou produtor, local, empresa produtora ou distribuidora, data e especificação do suporte em unidades físicas. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento. Os elementos diretor, produtor, local e empresa produtora ou distribuidora devem ser transcritos se constarem no documento.

EXEMPLO 1

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles Júnior. Produção: Martine de Clermont-Tonnerre e Arthur Cohn. Intérpretes: Fernanda Montenegro, Marília Pera, Vinicius de Oliveira, Sônia Lira, Othon Bastos, Matheus Nachtergaele et al. Roteiro: Marcos Bernstein, João Emanuel Carneiro e Walter Salles Júnior. [S. l.]: Le Studio Canal; Riofilme; MACT Productions, 1998. 5 rolos de filme (106 min), son., color., 35 mm.

EXEMPLO 2

UM MANIFESTO 2.0 do bibliotecário. Mashup por Laura Cohen. Tradução: Maria José Vicentini Jorente. [S. l.: s. n.], 2007. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?vYj1p0A8DMrE>. Acesso em: 12 maio 2010.

Para entrevistas, o primeiro elemento deve ser o entrevistado

HAMEL, Gary. Eficiência não basta: as empresas precisam inovar na gestão. [Entrevista cedida a] Chris Stanley. HSM Management, São Paulo, n. 79, mar./abr. 2010. Disponível em: <http://www.revistahsm.com.br/coluna/gary-hamel-e-gestao-na-era-da-criatividade/>. Acesso em: 23 mar. 2017.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da

submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

4 CONCLUSÃO

O objetivo geral desse estudo consistiu em analisar o processo de urbanização e ocupação no Assentamento Nova Vida, no município de Boa Vista-RR e os aspectos de vulnerabilidade socioambientais nos anos de 2000 a 2020. Ao longo do caminho trilhado pela pesquisa chegou-se as seguintes conclusões:

- I. o processo constitutivo do Nova Vida é marcado pelo movimento de urbanização na cidade de Boa Vista, que teve sua estrutura baseada em um Plano Urbanístico da década de 1940 e que não previu o crescimento da cidade. As consequências espaciais do plano fizeram com que o governo local utilizasse a zona Oeste para a implementação de equipamentos de serviço público sobre um aterro sanitário, com limites numa usina de asfalto e uma estação de tratamento de esgotos da cidade. Os elevados preços de lotes urbanos, somado a falta de políticas urbanas e habitacionais efetivas, ocasionou a ocupação da área em que está instalado o assentamento Nova Vida.
- II. A dinâmica empreendida para sua constituição ocorreu similarmente à ocupação de outros assentamentos informais e a busca pelo direito à moradia impulsionou movimentos de autoconstrução de habitações e estabelecimento de autosserviços, criando uma rede de solidariedade. Constituído sobre um antigo aterro sanitário da cidade com o objetivo de garantir o direito à moradia, apresenta um movimento contraditório, pois os moradores ali instalados convivem com o acesso desigual à terra urbana, não usufruem de infraestrutura e serviços básicos de saúde, educação e saneamento.
- III. Ao mesmo tempo, embora não se caracterize por uma consolidação jurídica de bairro perante a prefeitura de Boa Vista, o Nova Vida constitui-se como uma Área Especial de Interesse Social. Além disso, mesmo que as AEIS tenham por objetivo a democratização do acesso à terra à população de baixa renda, não garante aos moradores do Nova Vida o direito de uma moradia digna, observa-se uma área permeada de desigualdades e vulnerabilidade socioambiental. Os moradores são submetidos a situações degradantes principalmente pela ausência de serviços públicos essenciais de saneamento, infraestrutura e a insegurança sobre a posse do terreno. Os moradores estão vivendo em cima do lixo, sem a oferta de serviços básicos como água, coleta de esgoto e águas pluviais, asfalto, pavimentação, saúde, educação, cultura e lazer.
- IV. O perfil socioeconômico dos moradores corresponde em sua maioria aos baixos níveis dos indicadores sociais — renda, educação, saúde e moradia — e a má qualidade de vida em razão da degradação do ambiente em que estão inseridos. Observou-se um quadro de

degradação ambiental ao recurso hídrico Igarapé Grande, que é um dos principais afluentes do Rio Branco, ambos vitais para a manutenção da vida (humana ou animal).

- V. Diante desse contexto, revelaram-se também aspectos de vulnerabilidade ambiental em razão da ocupação próxima a Área de Preservação Permanente. A ocupação gerou danos ao ambiente como o assoreamento, a diminuição de flora e fauna. Considera-se também como um risco futuro o desaparecimento do Igarapé Grande que é um dos principais afluentes urbanos do Rio Branco.

Portanto, os resultados apresentados neste artigo nos levaram a compreender que os moradores do Assentamento Nova Vida realmente ocuparam de forma irregular uma área que apresenta risco à saúde e a integridade física e que desvela aspectos de vulnerabilidades, porém fica evidente neste contexto o fato desses moradores apenas desejarem ter um lugar para morar. Nesse contexto do ponto de vista ambiental e socioeconômico é necessário empenho por parte do governo local para minimizar esses impactos.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, E. **Regularização de Assentamentos Informais na América Latina**. Massachusetts:Lincoln Institute of Land Policy, 2011.

MELO, S. G. et al. Qualidade da água de córregos sob influência da ocupação antrópica: o caso das águas urbanas e periurbanas de Santarém-PA. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.7, p.569-576, 2020.

MORAIS, R. P. **Assentamento informal “Nova Vida”: Uma marca impressa na paisagem urbana de Boa Vista – Roraima**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2017.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. (5a ed.). São Paulo: Editora Cortez, 2015.

ROGGERO, M. A. et al. Vulnerabilidade socioambiental, análise de situação de saúde e indicadores: implicações na qualidade de vida no município de São Paulo. **Confins: Revista Franco-brasileira de geografia**. 36, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. (5a ed.). Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Em duas vias, firmado por cada participante da pesquisa e pelo pesquisador)

Venho por meio deste, convidá-lo (a), como voluntário, a participar da pesquisa **“PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NOS BAIRROS SÃO BENTO E PROFESSORA ARACELI SOUTO MAIOR E OS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR”**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Camila Mattos Ribeiro**, e pesquisadoras assistentes **Meire Joisy Almeida Pereira, Márcia Teixeira Falcão**. E sua participação não é obrigatória.

Este projeto tem caráter científico, sem fins lucrativos e possui como objetivo Geral: **Analisar o processo de urbanização e ocupação nos bairros São Bento e Professora Araceli Souto Maior, no município de Boa Vista-RR, e os efeitos socioambientais, nos anos de 2000 a 2020.**

Para tanto, será necessário realizar os seguintes procedimentos: consultas em órgãos públicos; produção de mapas; visitas e reuniões com roda de conversas informais e aplicação de formulário.

Durante a execução do projeto você estará sujeito à **Riscos mínimos** como: o constrangimento à abordagem, a invasão da privacidade pessoal e domiciliar. Tendo em vista que existe a possibilidade de vazamento de informações. **Os benefícios:** será conhecer como ocorreu o processo sócio-histórico de urbanização nos bairros São Bento e Professora Araceli Souto Maior, contribuindo tanto em informações a outros estudos sobre processo de urbanização e efeitos socioambientais desse processo, quanto buscando a melhoria da qualidade de vida e a conservação ambiental.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, você tem o direito de:

1- Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;

2- Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem prejuízo algum;

3- Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.

4- Procurar esclarecimentos com a pesquisadora responsável, **Camila Mattos Ribeiro**, por meio do número de telefone (95) 3621-3178, ou na Universidade Federal de Roraima, Campus Paricarana, Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais – PRONAT – UFRR.

Endereço: Av. Ene Garcez, 2413 – Bairro Aeroporto – CEP: 69.304-000 Prédio do PRONAT – Próximo da Guarita de Entrada da UFRR.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa: Bloco da PRPPG-UFRR, última sala do corredor em forma de T à esquerda (o prédio da PRPPG fica localizado atrás da Reitoria e ao lado da Diretoria de Administração e Recursos Humanos-DARH) – Av. Cap. Ene Garcez, 2413 – Aeroporto (Campus do Paricarana) CEP: 69.310-000 – Boa Vista – RR E-mail: coep@ufr.br(95) 3621- 3112 Ramal 26.

Eu, _____, declaro estar ciente do anteriormente exposto e concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Boa Vista-RR, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do participante da pesquisa

Eu, _____, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa ao participante, de forma apropriada e voluntária.

Boa Vista-RR, _____ de _____ de 20__.

Assinatura da pesquisadora

Contato da pesquisadora: (95) 98117-6594

E-mail da pesquisadora: mila-mattosr@hotmail.com

APÊNDICE B — FORMULÁRIO

Pesquisadora: _____

Nome do(a) participante: _____

Endereço: _____

Data: ____/____/____

1) Gênero Masculino Feminino Outro

2) Faixa etária: 18-25 26-30 31-35 36-40 41-45
 50-55 56-60 + 60

3) Grau de escolaridade:

Não alfabetizado

Ensino fundamental completo incompleto

Ensino médio completo incompleto

Ensino superior completo incompleto

Pós-graduação completo incompleto

Outros: _____

4) Há quanto tempo reside no bairro:

Menos de 1 ano

Entre 1 ano a 5 anos

+ de 5 anos

5) Qual foi o motivo que levou você se mudar/morar neste bairro:

6) Quantidade de moradores na residência: _____

7) Composição familiar: Marido/Esposa Filhos Avós

Outros: _____

8) Dos outros moradores da residência, quantos estão em idade escolar e regularmente matriculados:

9) Tipo de moradia

- Própria
 Alugada
 Cedida
 Outros: _____

10) Composição/estrutura da residência:

- Quarto Quantos: _____
 Sala Quantos: _____
 Cozinha Quantos: _____
 Banheiro Quantos: _____

11) Sobre seu banheiro:

- Ligado a rede de esgoto
 Ligado a fossa séptica
 Ligado sob curso d'água
 Ligada a fossa improvisada
 Ligada a curso d'água
 Outros: _____

12) Sobre a renda familiar, como ela é composta:

- Servidor público
 Assalariado
 Aposentado ou pensionista
 Autônomo
 Benefícios sociais Quais: _____

13) Algum morador participa de atividade no CRAS?

- Não
 Sim Quem e qual atividade: _____

14) Você foi contemplado com alguma política habitacional aqui no bairro?

- Não
 Sim Qual e quando: _____

15) Você possui algum documento legal do terreno?

- Sim Qual: _____
 Não Porque: _____

16) Você recebe serviço público de saneamento básico?

- Sim Quais: abastecimento de água coleta de lixo
 tratamento de esgoto energia pavimentação

17) Dos moradores da residência, algum possui algum problema de saúde?

- Não
 Sim Qual: _____

18) Algum morador da residência já teve alguma dessas doenças:

- Diarreia Cólera Leptospirose Hepatite A
 Esquistossomose Dengue Chikungunya Zika
 Febre amarela Outras: _____

19) Você acha que esses problemas de saúde podem estar relacionados aos serviços de saneamento básico oferecidos, ou em relação a lagoa de estabilização?

20) Como você percebe a Lagoa de Estabilização da CAER aqui no bairro?

21) Como você percebe o Igarapé Grande aqui no bairro?

22) Em sua opinião quais são os problemas mais graves enfrentado pela população aqui no seu bairro?

23) Em sua opinião, quais seriam, em ordem de importância, os 5 principais problemas da sua comunidade?

- Qualidade da água da torneira
 Poluição dos cursos d'água
 Esgoto
 Lixo
 Poluição do ar
 Poluição sonora
 Falta de áreas verdes
 Falta de serviços de saúde
 Falta de serviços de educação
 Violência
 Outros: _____

ANEXO A — OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO (MODELO)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

Ofício nº 012/2022-PRONAT/UFRR

Boa Vista/RR, 29 de abril de 2022.

À senhora,

Marinez Silva Queiroz

Diretora da Unidade Básica de Saúde Dr. Rubeldimar Maia de Azevedo Cruz
Rua. Gov. Feliz Valois de Araújo – Bairro: São Bento, Boa Vista – RR.

Assunto: Solicitação de autorização para o acesso às dependências da unidade de saúde para obtenção de dados para pesquisa de Mestrado no PRONAT/UFRR no bairro São Bento, Boa vista – RR

Senhora diretora,

Ao cumprimentá-la, solicito apoio desta Unidade Básica para conceder à permissão à discente **Camila Mattos Ribeiro**, regularmente matriculada no curso de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima – PRONAT/UFRR, sob nº **2020101407**, portadora do CPF: **016.666.452-90**.

O objetivo da pesquisa de Mestrado consiste em evidenciar as doenças mais recorrentes nos pacientes atendidos na Unidade Básica de saúde. E nessa trilha, descrever o processo de acompanhamento da equipe junto aos moradores atendidos no bairro.

A pesquisa é orientada pela Profa. Dra. **Meire Joisy Almeida Pereira** e coorientada pela Profa. Dra. **Márcia Teixeira Falcão**, cujo título é: **“PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NOS BAIROS SÃO BENTO E ARACELI SOUTO MAIOR E OS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR”**.

Agradeço antecipadamente a atenção e conto com a anuência de Vossa Senhoria, ao tempo em que me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Meire Joisy Almeida Pereira

Coordenadora pró-tempore

PRONAT/UFRR

SIAPE

1514594

ANEXO B — TERMO DE RECEBIMENTO DE LOTE

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO NOVA VIDA
 CNPJ: 21.308.946/0001-90
 AMCNV

TERMO DE RECEBIMENTO DE LOTE

Severo de Oliveira, RG nº 42311, CPF nº 0219.02978-50
 profição Autônomo por meio deste termo que abaixo subscrevo,
 DECLARO que recebi do Sr. CLEODIMAR DE SOUZA FONTOURA,
 Presidente da AMCNV (Associação dos Moradores do Conjunto Nova Vida) o
 lote de terra localizado na quadra nº 01, lote nº 03, no bairro São Bento,
 por traz da usina de asfalto - antigo lixão, nesta Capital.

Por este termo me comprometo a ocupar o terreno, construir meu local de
 moradia e permanecer ocupando o mesmo conforme estabelece o estatuto da
 Associação.

Declaro ainda estar ciente de que é terminantemente proibida à venda do
terreno que me foi repassado, sob pena de ser responsabilizado
 administrativamente e judicialmente pela Diretoria da Associação.

Caso venha a desistir de ocupar o terreno, me comprometo a comunicar o
 Presidente da Associação, para que o mesmo receba o terreno de volta e
 consequentemente o repasse para outra pessoa (família) que esteja precisando.

Boa Vista-RR, 27 de Setembro de 2014.

CLEODIMAR DE SOUZA FONTOURA
 (Presidente da Associação)

Severo de Oliveira
 (Associado)

Associação dos Moradores do
 conjunto Nova Vida, AMCNV
 Rua: da Lagoa - S/N São Bento
 CEP: 69.300-000
 BOA VISTA RR

End. Rua Nova Vida, Bairro Sao Bento Área de Expansão N° 830, Boa Vista-RR - Tel: 99118-0750

ANEXO C — FOLHETO PROGRAMA ESTADUAL ÁGUA PARA TODOS



Programa Estadual
Água para Todos

NOVA VIDA

**2 MIL
PESSOAS
BENEFICIADAS
COM ÁGUA
DE QUALIDADE**

**585 LIGAÇÕES
DOMICILIARES
GRATUITAS**

**5.970 METROS
DE REDE
CONSTRUÍDOS**

 GOVERNO
DE RORAIMA  CAER
COMPANHIA DE ÁGUA E
SANEAMENTO DE RORAIMA

Programa Estadual
Água para Todos

FALE COM A CAER:

Whatsapp: (95) 98404-5313
(Problemas de extravasamento de
esgoto ou na rede de distribuição de
água - funcionamento das 8h às 22h)

Outros assuntos:

Call Center 0800.280.9520

APP CAER MOBILE: Disponível para
ANDROID na Google Play Store e
IOS na App Store

www.caer.com.br

FACEBOOK/INSTAGRAM/TWITTER
caerroraima

OU ACESSE O QR CODE



 GOVERNO
DE RORAIMA  CAER
COMPANHIA DE ÁGUA E
SANEAMENTO DE RORAIMA

ANEXO D — PARECER COMITE DE ÉTICA E PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NOS BAIRROS SÃO BENTO E PROFESSORA ARACELI SOUTO MAIOR E OS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR

Pesquisador: CAMILA MATTOS RIBEIRO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 51830421.0.0000.5302

Instituição Proponente: Universidade Federal de Roraima - UFRR

Patrocinador Principal: Universidade Federal de Roraima - UFRR

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.133.668

Apresentação do Projeto:

Trata-se de segunda reapresentação do protocolo com resolução de pendências apontadas na primeira versão. O crescimento econômico produz efeitos na urbanização das cidades. Dinâmicas como injustiças e desigualdades são frequentes e possuem caracteres ambientais, sociais, econômicas e políticas. Evidências observadas no real. A ocupação dos espaços urbanos integra essas dinâmicas, desencadeando processos ora ordenado, ora desordenado. Quando se trata da perspectiva ordenada, segue as determinações inscritas no Plano Diretor - Política de Planejamento Urbano. Quando desordenadas, não oferecem serviços de infraestrutura e saneamento, condições essenciais para manter a dignidade dos moradores. Nesse contexto, destaca-se a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. O município experienciou, ao longo da sua história, movimentos de urbanização. Com destaque para as duas últimas décadas, impulsionado sobretudo, pela multiplicação de bairros e a ocupação de áreas de proteção permanente, sujeitas a riscos ambientais. Souza (2009) descreve que desse processo rápido e intenso ocorreu uma ocupação desenfreada e desordenada em áreas de proteção. Desencadeando riscos ambientais sem precedentes nesses espaços que, além de alterados, acabaram por não oferecer as mínimas condições de habitação para os moradores. Desta feita e, considerando a problemática das habitações construídas nas APP's que a presente pesquisa estrutura-se. Ela visa, enquanto

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.

Bairro: Aeroporto

CEP: 69.310-000

UF: RR

Município: BOA VISTA

Telefone: (95)3621-3112

Fax: (95)3621-3112

E-mail: coep@ufr.br

Continuação do Parecer: 5.133.668

objetivo geral, analisar a expansão do espaço urbano nos bairros São Bento e Professora Araceli Souto Maior e os efeitos socioambientais no município de Boa Vista-RR nos anos de 2000 a 2021. Na perspectiva de responder a pergunta-problema: Como e porque a urbanização influenciou no processo de ocupação dos bairros São Bento e Professora Araceli Souto Maior e quais os efeitos sociambientais desse fenômeno para o município de Boa Vista-RR? Destaca-se que o presente projeto inscreve-se na grande área da CAPES das Ciências Ambientais, condição que requer o uso da interdisciplinaridade para compreender o fenômeno. Assim, as ciências que comporão o estudo serão: Arquitetura e Urbanismo, Geografia, História, Sociologia, Antropologia, Economia e Ecologia. No âmbito do PRONA, a pesquisa inscreve-se na linha de pesquisa Manejo e Dinâmicas de Recursos Naturais. Para consecução da pesquisa serão utilizados, enquanto estratégia metodológica, o estudo de caso baseado em Yin (2015) que investiga o fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real, articulado à abordagem teórica epistemológica da dialética da complexidade sistêmica proposta por Morin (2015). Completam estas escolhas, o tipo da pesquisa, que será exploratória e descritiva. As análises dos dados coletados no campo serão quali-quantitativas. Por fim, o plano de exposição do presente projeto estrutura-se em seções: apresentação; objetivos; justificativa embasada em três dimensões: científica, social e pessoal; referencial teórico que trata das categorias de análises: urbanização, degradação ambiental e políticas públicas; a metodologia; os recursos; o cronograma; e por fim, as referências.

Metodologia Proposta:

O desenho da pesquisa é de um estudo de caso baseado em Yin (2015), e a abordagem inscreve-se na dialética da complexidade sistêmica proposta por Edgar Morin (2015). Quanto à natureza da pesquisa será exploratória e descritiva, com análise quali-quantitativa. O processo sociohistórico de ocupação e uso da área será analisado por meio de aspectos políticos, em que os dados serão obtidos por meio de consultas aos órgãos públicos como Prefeitura de Boa Vista por meio da EMHUR - Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional e SEMGES – Secretaria de Gestão Social, e ainda por meio do Cartório de Títulos e Registro de Imóveis. Os aspectos espaciais relacionados a ocupação da área e aspectos ambientais serão analisados por meio de percepção ambiental, imagens via satélite Landsat 7 e ainda por meio de revisão de literatura. Quanto aos aspectos socioambientais, de qualidade de vida e de saúde serão obtidos por meio de aplicação de formulário aos moradores, entrevista aos representantes de organizações/sindicatos sociais e ainda observações diretas. Para tabulação de dados serão utilizados os programas R, Excel e Word e ainda a utilização de softwares SIG - Spring e QGIS para fazer o geoprocessamento dos anos de 2000 e 2020. Por fim os dados serão analisados quali-quantitativamente.

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.

Bairro: Aeroporto

CEP: 69.310-000

UF: RR

Município: BOA VISTA

Telefone: (95)3621-3112

Fax: (95)3621-3112

E-mail: coep@ufr.br

Continuação do Parecer: 5.133.668

Critério de Inclusão:

O critério de inclusão será aplicar o formulário para o participante ocupante/morador do imóvel, residente a mais de 1 (um) ano no local, não importando o número de moradores em uma mesma casa.

Critério de Exclusão:

Como critério de exclusão: os moradores menores de 18 anos, pessoas visivelmente embriagadas ou sem capacidade mental e indígenas. Migrantes ou outras categorias de não nacionais.

Tamanho da Amostra:

220 participantes

Objetivo da Pesquisa:

Trata-se de segunda reapresentação do protocolo com resolução de pendências apontadas na primeira versão. O crescimento econômico produz efeitos na urbanização das cidades. Dinâmicas como injustiças e desigualdades são frequentes e possuem caracteres ambientais, sociais, econômicas e políticas. Evidências observadas no real. A ocupação dos espaços urbanos integra essas dinâmicas, desencadeando processos ora ordenado, ora desordenado. Quando se trata da perspectiva ordenada, segue as determinações inscritas no Plano Diretor - Política de Planejamento Urbano. Quando desordenadas, não oferecem serviços de infraestrutura e saneamento, condições essenciais para manter a dignidade dos moradores. Nesse contexto, destaca-se a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. O município experienciou, ao longo da sua história, movimentos de urbanização. Com destaque para as duas últimas décadas, impulsionado sobretudo, pela multiplicação de bairros e a ocupação de áreas de proteção permanente, sujeitas a riscos ambientais. Souza (2009) descreve que desse processo rápido e intenso ocorreu uma ocupação desenfreada e desordenada em áreas de proteção. Desencadeando riscos ambientais sem precedentes nesses espaços que, além de alterados, acabaram por não oferecer as mínimas condições de habitação para os moradores. Desta feita e, considerando a problemática das habitações construídas nas APP's que a presente pesquisa estrutura-se. Ela visa, enquanto objetivo geral, analisar a expansão do espaço urbano nos bairros São Bento e Professora Araceli Souto Maior e os efeitos socioambientais no município de Boa Vista-RR nos anos de 2000 a 2021. Na perspectiva de responder a pergunta-problema: Como e porque a urbanização influenciou no processo de ocupação dos bairros São Bento e Professora Araceli Souto Maior e quais os efeitos sociambientais desse fenômeno para o município de Boa Vista-RR? Destaca-se que o presente

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.

Bairro: Aeroporto

CEP: 69.310-000

UF: RR

Município: BOA VISTA

Telefone: (95)3621-3112

Fax: (95)3621-3112

E-mail: coep@ufr.br

Continuação do Parecer: 5.133.668

projeto inscreve-se na grande área da CAPES das Ciências Ambientais, condição que requer o uso da interdisciplinaridade para compreender o fenômeno. Assim, as ciências que comporão o estudo serão: Arquitetura e Urbanismo, Geografia, História, Sociologia, Antropologia, Economia e Ecologia. No âmbito do PRONA, a pesquisa inscreve-se na linha de pesquisa Manejo e Dinâmicas de Recursos Naturais. Para consecução da pesquisa serão utilizados, enquanto estratégia metodológica, o estudo de caso baseado em Yin (2015) que investiga o fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real, articulado à abordagem teórica epistemológica da dialética da complexidade sistêmica proposta por Morin (2015). Completam estas escolhas, o tipo da pesquisa, que será exploratória e descritiva. As análises dos dados coletados no campo serão quali-quantitativas. Por fim, o plano de exposição do presente projeto estrutura-se em seções: apresentação; objetivos; justificativa embasada em três dimensões: científica, social e pessoal; referencial teórico que trata das categorias de análises: urbanização, degradação ambiental e políticas públicas; a metodologia; os recursos; o cronograma; e por fim, as referências.

Metodologia Proposta:

O desenho da pesquisa é de um estudo de caso baseado em Yin (2015), e a abordagem inscreve-se na dialética da complexidade sistêmica proposta por Edgar Morin (2015). Quanto à natureza da pesquisa será exploratória e descritiva, com análise quali-quantitativa. O processo sociohistórico de ocupação e uso da área será analisado por meio de aspectos políticos, em que os dados serão obtidos por meio de consultas aos órgãos públicos como Prefeitura de Boa Vista por meio da EMHUR - Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional e SEMGES – Secretaria de Gestão Social, e ainda por meio do Cartório de Títulos e Registro de Imóveis. Os aspectos espaciais relacionados a ocupação da área e aspectos ambientais serão analisados por meio de percepção ambiental, imagens via satélite Landsat 7 e ainda por meio de revisão de literatura. Quanto aos aspectos socioambientais, de qualidade de vida e de saúde serão obtidos por meio de aplicação de formulário aos moradores, entrevista aos representantes de organizações/sindicatos sociais e ainda observações diretas. Para tabulação de dados serão utilizados os programas R, Excel e Word e ainda a utilização de softwares SIG - Spring e QGIS para fazer o geoprocessamento dos anos de 2000 e 2020. Por fim os dados serão analisados quali-quantitativamente.

Critério de Inclusão:

O critério de inclusão será aplicar o formulário para o participante ocupante/morador do imóvel, residente a mais de 1 (um) ano no local, não importando o número de moradores em uma mesma casa.

Critério de Exclusão:

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.

Bairro: Aeroporto

CEP: 69.310-000

UF: RR

Município: BOA VISTA

Telefone: (95)3621-3112

Fax: (95)3621-3112

E-mail: coep@ufr.br

Continuação do Parecer: 5.133.668

Como critério de exclusão: os moradores menores de 18 anos, pessoas visivelmente embriagadas ou sem capacidade mental e indígenas. Migrantes ou outras categorias de não nacionais.

Tamanho da Amostra:

220 participantes

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

No que tange aos riscos da pesquisa, sobretudo aqueles relacionados aos moradores participantes que estão sujeitos a riscos mínimos ou eventuais imprevistos como, por exemplo, a invasão da privacidade e o vazamento de informações. Se até a realização desta pesquisa os pesquisadores e moradores não estiverem vacinados contra a COVID-19, haverá riscos de infecção, porém destacamos que todos os procedimentos de biossegurança serão observados, tais como uso de máscara, protetor facial e álcool 70º líquido ou em gel. Conforme os protocolos sanitários nacionais e internacionais.

Benefícios:

No que diz respeito aos benefícios do presente projeto, esses estão relacionados a oportunizar à sociedade e a ciência um estudo único, que permitirá o levantamento de informações exclusivas sobre aspectos socioambientais e a relação com a urbanização, que poderão contribuir com futuras políticas públicas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de segunda reapresentação de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Roraima, Mestrado em Ciências Ambientais (Recursos Naturais). Área de concentração: Manejo e Dinâmica de Recursos Naturais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide conclusões ou pendências e lista de inadequações.

Recomendações:

Considerando a Pandemia de COVID-19, aconselhamos aos pesquisadores a realizarem coleta de dados de forma virtual, entretanto caso não seja possível, solicitamos que durante a coleta de dados os pesquisadores adotem todas as normas de biossegurança preconizadas pela OMS e pelo Ministério da Saúde, de forma a garantir a integridade do participante e do próprio pesquisador.

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.

Bairro: Aeroporto

CEP: 69.310-000

UF: RR

Município: BOA VISTA

Telefone: (95)3621-3112

Fax: (95)3621-3112

E-mail: coep@ufr.br

Continuação do Parecer: 5.133.668

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista que os pesquisadores sanaram todas as pendências apontadas, e não havendo nenhum óbice ético a esta pesquisa, recomenda-se sua aprovação pelo Comitê de Ética.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_1820600.pdf	15/11/2021 20:24:30		Aceito
Outros	PendenciasCEP2.pdf	15/11/2021 20:24:06	CAMILA MATTOS RIBEIRO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO2.pdf	15/11/2021 20:23:19	CAMILA MATTOS RIBEIRO	Aceito
Declaração do Patrocinador	CARTA.pdf	22/10/2021 01:05:49	CAMILA MATTOS RIBEIRO	Aceito
Outros	PENDENCIASCEP.pdf	17/10/2021 21:41:53	CAMILA MATTOS RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCAMILAMATTOSVERSAOCE P.pdf	17/10/2021 21:40:21	CAMILA MATTOS RIBEIRO	Aceito
Outros	FORMULARIO.pdf	17/10/2021 21:38:38	CAMILA MATTOS RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/10/2021 21:37:36	CAMILA MATTOS RIBEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.

Bairro: Aeroporto

CEP: 69.310-000

UF: RR

Município: BOA VISTA

Telefone: (95)3621-3112

Fax: (95)3621-3112

E-mail: coep@ufr.br

BOA VISTA, 29 de
Novembro de 2021

Assinado por:
Bianca Jorge Sequeira
Costa(Coordenador(a))

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.

Bairro: Aeroporto

CEP: 69.310-000

UF: RR

Município: BOA VISTA

Telefone: (95)3621-3112

Fax: (95)3621-3112

E-mail: coep@ufr.br